



RELAÇÃO DE OBJECTO E DELINQUÊNCIA JUVENIL

DÉBORA MANUELA CORREIA LOURO

N.º 14270

Orientadora de Dissertação:

PROF.^a DOUTORA ÂNGELA VILA REAL

Coordenadora de Seminário de Dissertação:

PROF.^a DOUTORA ÂNGELA VILA REAL

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

2011

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Ângela Vila Real, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para a obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia conforme o despacho da DGES, nº 29595/2008, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 223, de 17 de Novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão deste estudo, posso reflectir sobre todo o trabalho desenvolvido ao longo de alguns meses, que envolveu esforço e empenho, mas não apenas meu, mas de todos os intervenientes. Um “muito obrigada” a todos os envolvidos, ao ISPA e à Direcção Geral de Reinserção Social.

À Prof.^a. Ângela Vila Real, orientadora da minha dissertação, por toda a disponibilidade, apoio e paciência, que tornaram este trabalho possível.

Um agradecimento especial é devido ao Prof. Dr. José Pereira da Silva, por ter acreditado em mim e nas minhas competências para desenvolver o estágio académico na minha área de interesse e que me permitiu realizar a presente dissertação.

À Dra. Susana Patrício, orientadora do meu estágio e Técnica Superior da Direcção Geral de Reinserção Social, um especial agradecimento, por todo o tempo disponibilizado, pelo apoio, pelo empenho e acompanhamento.

Ao jovem M, que concordou em participar neste estudo, fornecendo dados e informações imprescindíveis para a realização do mesmo.

À minha mãe, ao meu padrasto e ao meu irmão, pelo apoio, pela paciência e pelo incentivo constante e, acima de tudo, por estarem comigo nos momentos mais importantes da minha vida.

Ao Amândio, por todo o carinho e apoio que me tem dado, por estar ao meu lado sempre, por me incentivar a continuar e a nunca desistir.

À Marta, por ser minha amiga agora e sempre, pela amizade, pela presença assídua na minha vida, nos melhores e nos piores momentos. Pela cumplicidade e pela aprendizagem que partilhamos desde os primeiros tempos de faculdade.

A todos os meus amigos e amigas, por estarem sempre comigo, ouvindo-me e apoiando-me incondicionalmente, nunca deixaram de acreditar em mim.

RESUMO

Tomando em consideração a investigação realizada no âmbito da adolescência e da delinquência juvenil, o presente trabalho teve como objectivo principal o estudo da dinâmica dos objectos internos presentes no individuo adolescente com comportamentos delinquentes. A presente investigação é um estudo qualitativo, centrado num jovem delinvente, do sexo masculino, a cumprir actualmente Medida Tutelar Educativa. Foram recolhidos dados da história de vida do sujeito e aplicada a prova projectiva T.A.T. (Thematic Apperception Test). Através da análise das histórias elaboradas pelo jovem, é possível concluir que as relações de objecto são anaclíticas e não existe um objecto suficientemente bom.

Palavras-chave: *Adolescência; Delinquência Juvenil; Relação de Objecto.*

ABSTRACT

Taking into consideration the researches about adolescence and juvenile delinquency, the main objective of the present work was the study of dynamics of internal objects present in the adolescent with delinquent behavior. This research is a qualitative study focused on a young delinquent that currently complies a measure imposed by the juvenile court. We collected data from the young man lifestyle and applied the projective test T.A.T. (Thematic Apperception Test). Through the analysis of the stories produced by the individual, we can conclude that the object relationship is anaclitic and that doesn't exist an object good enough.

Key-words: *Adolescence; Juvenile Delinquency; Object Relationship.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
I. Capítulo: enquadramento Teórico.....	10
Adolescência	10
O Pai	13
A Delinquência Juvenil.....	16
1.1 Perspectivas.....	17
1.2 A Família.....	22
1.3 A Violência.....	24
Objecto e Relações de Objecto.....	27
II. Capítulo: Problema de Investigação e Metodologia.....	37
Metodologia.....	37
Método.....	39
Entrevista.....	39
Instrumento –T.A.T.....	39
Procedimento.....	45
III. Capítulo: Estudo de Caso	47
Caso M	47
Introdução do Caso	47
História de Vida	47
Situação Actual	48
Interpretação do Protocolo T.A.T.....	50

IV. Capítulo: Discussão do Caso M.....	54
V. Capítulo: Conclusão	62
Referências Bibliográficas	64

Anexos

Anexo I – Protocolo T.A.T

Anexo II – Consentimento Informado

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Codificações agrupadas por procedimentos.....	43
--	----

“ (...)o pensar a vida como um prazo, a termo certo, não faz, senão dar à adolescência o sentido que ela procura sob outras formas.”

Manuel Matos, 1999

INTRODUÇÃO

O presente estudo, inserido numa perspectiva psicodinâmica do desenvolvimento, tem como principal objectivo contribuir para a investigação sobre a relação de objecto e o comportamento delinvente na adolescência.

A partir de um estudo de caso de um jovem delinvente, a cumprir Medida Tutelar Educativa no presente ano, propomo-nos a estudar as relações de objecto com as figuras principais, e outros, através da sua história de vida e da aplicação, e posterior análise das respostas aos cartões, do teste projectivo T.A.T. (Thematic Apperception Test), segundo os pressupostos teóricos da psicanálise.

A relevância e a pertinência deste estudo prende-se com o facto da delinquência juvenil ser um fenómeno cada vez mais preocupante para a sociedade, e considerarmos que os comportamentos delinquentes na adolescência derivam das relações com os objectos internos, durante a infância. Deste modo, apoiámo-nos na teoria das relações de objecto, “teorias ou aspectos de teorias que dizem respeito à exploração da relação entre pessoas reais, externas e imagens internas e resíduos de relações com essas pessoas, e a significância destes resíduos para o funcionamento psíquico (Greenberg, 2003), com o objectivo de sustentar os aspectos e características presentes no sujeito delinvente.

O presente estudo está organizado em cinco Capítulos. O primeiro Capítulo expõe o enquadramento teórico acerca da temática em estudo, nomeadamente Delinquência Juvenil e Relações de Objecto, e fenómenos a estes associados. No segundo Capítulo apresentamos o problema principal da investigação e a metodologia do mesmo, quanto ao instrumento utilizado e procedimento. O Capítulo terceiro é composto pelo estudo de caso, sobretudo a história de vida do sujeito, a sua

situação actual e a interpretação do protocolo T.A.T. O quarto Capítulo, consta na análise dos resultados e discussão dos mesmos, em função do problema de investigação e do enquadramento teórico apresentado. E por último, o Capítulo quinto apresenta as conclusões finais da investigação, sintetizando os aspectos mais relevantes.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Adolescência

O actual fascínio pela adolescência é um fenómeno relativamente recente na história do desenvolvimento psicossocial do ser humano e, mais ainda, na história do seu estudo e compreensão. É na segunda metade do século XX que se inicia a grande profusão de investigações nesse domínio. O primeiro livro – *Adolescence* – foi escrito pelo americano Stanley Hall, em 1905. Segundo o autor, o adolescente opunha-se à criança pela intensa vida interior de reflexão sobre os sentimentos vivenciados. Era uma visão conflitual e que negligenciava os factores sócio culturais que se vieram posteriormente a considerar como fundamentais (Monteiro e Santos, 1998; cit. por Silva, 2005). Na mesma época S. Freud publica os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, obra que trouxe uma gigantesca contribuição para a compreensão da sexualidade infantil, bem como às transformações da puberdade (Dias e Vicente, 1984; cit. por Silva, 2005).

A adolescência, enquanto fenómeno de desenvolvimento humano e amadurecimento psíquico, vem questionar o conjunto das representações de si a diferentes níveis, a representação do outro e o conjunto de valores que as sustentam. De tal modo que as crises na adolescência, enquanto ruptura do equilíbrio e dos padrões até aí constituídos, são crises da representação a múltiplos níveis (Matos, 2005). As representações surgem na relação primitiva com os objectos – pessoas – formadores e confundem-se com eles, desenvolvendo-se à medida que se multiplicam e diversificam outras relações na esfera de influência, principalmente na infância mas também na adolescência. Deste modo, as representações vêm a constituir o lado mais subtil da vida psíquica. É na adolescência que o sujeito atinge a suficiente distinção entre a representação de si mesmo construída a partir do modo como o objecto o representa e lhe devolve essa imagem e a representação de si mesmo construída a partir de experiências mais autónomas em relação aos objectos formadores (Matos, 2005).

Do ponto de vista dinâmico, a adolescência é vista como “uma variação sobre o tema do complexo de Édipo, na história do seu retorno e na história do seu declínio, última oportunidade oferecida ao ser humano de resolver espontaneamente o conflito edípico, se antes já não o fez” (p.35). Aparentemente o conteúdo é fácil de definir, o que não é exacto é o limite etário da adolescência (Amaral Dias, 1984). A adolescência é marcada pela mudança, uma passagem da infância para a idade adulta. Verifica-se um movimento de negação da infância e de procura de um estatuto adulto, reflexo da “crise” que o adolescente atravessa (Marcelli & Braconnier, 1983/2004).

Nos períodos críticos do desenvolvimento, a qualidade de relação e acompanhamento dos objectos formadores e intervenientes na educação e na saúde mental são decisivos. Algumas atitudes/comportamentos discrepantes podem representar apenas uma abertura temporária na malha psíquica. Quando solicitam a intervenção do meio e obtêm respostas desadequadas antecipam transformações negativas e descontinuidades comprometedoras, como sucede nos comportamentos temerários da adolescência, que põem em risco a sua integridade física e a própria vida. Ao reconstruir a história do sujeito encontramos o desamor do outro, desdobrado em desamor por si próprio, sem laços à vida, que, conseqüentemente, geram vínculos pela agressividade (Matos, 2005).

De acordo com Freud (1905/1972), na sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o início do processo de puberdade é acompanhado pelas transformações que fazem a ponte entre a vida sexual infantil e a sua forma definitiva: a descoberta do objecto sexual, a subordinação das zonas erógenas ao primado da zona genital, e o estabelecimento de um novo objectivo sexual (diferente entre rapazes e raparigas).

Anna Freud (1958) interessa-se pela temática da adolescência, com base no estudo das batalhas entre o Ego e o Id, que conduzem ao desenvolvimento da personalidade, de forma a acomodar as novas formas de sexualidade, ou, na patologia, à formação de sintomas neuróticos. A autora considera que a adolescência tem muito em comum com o luto e a experiência de amor não correspondido,

situações nas quais a libido está envolvida na relação com o objecto real, sendo a dor mental causada pela tarefa de desinvestimento. Verifica-se um desinvestimento libidinal dos pais, pelo que é inevitável o luto pelos objectos do passado, de forma a serem estabelecidas novas relações amorosas extra-familiares. De acordo com Dias Cordeiro (1979), o luto pelas imagos parentais corresponde a um primeiro “organizador” do período evolutivo da adolescência, necessário ao desenvolvimento. Neste trabalho de luto, face à ansiedade de separação dos objectos de relação infantis, poderão ser utilizados mecanismos patológicos de defesa do Eu, que podem conduzir a um *acting-out* dissocial ou criminal, cuja evolução depende dos futuros objectos de relação. Cordeiro (1979; cit. por Silva, 2005) considera que o luto face aos imagos parentais idealizados é decisivo para o prosseguimento do curso normal de evolução porque a partir da liquidação conseguida dos imagos parentais passa a existir a possibilidade do estabelecimento de novas relações amorosas extra-familiares. Sampaio (1994; cit. por Silva, 2005) é da mesma opinião e refere que se torna necessário ao adolescente abandonar as fixações afectivas na família original, sem o que não será possível resolver o problema do amor na adolescência.

Diminuindo a dependência afectiva face aos imagos parentais, característica do período infantil, o adolescente vai também alterar a relação com os seus companheiros e o grupo vai revestir-se de grande importância no seu desenvolvimento emotivo. O grupo permite um jogo de identificações e a partilha de segredos e experiências essenciais para o desenvolvimento da personalidade (Silva, 2005).

De acordo com a teoria desenvolvimentista, o final da adolescência é definido em função da realização de determinadas tarefas que lhe são inerentes. Erikson (1976), na sua teoria do desenvolvimento psicossocial, considerou que a tarefa inerente à adolescência consiste na aquisição da identidade, no contexto do que definiu como uma “moratória psicossocial”, em que o individuo experimenta sucessivos papéis. Esta procura de identidade leva o adolescente a rejeitar os seus pais, libertando-se das identificações infantis aos pais e do controlo e autoridade dos mesmos.

O Pai

Nos dias de hoje o papel do pai e a importância do mesmo para o desenvolvimento da criança começa a ganhar “terreno”. Contudo, a literatura acerca da paternidade ainda é relativamente escassa quando comparada à amplitude que esta assume no desenvolvimento biopsicossocial da criança (Fonseca & Taborda, 2007).

A mãe é importante no desenvolvimento psíquico da criança, tal como o pai. E a relação dos pais também é importante. No estudo desenvolvido por May (1982; cit. por Leal, 2005), antes do nascimento de um bebé, a figura paterna começa por assumir uma grande importância no apoio emocional, físico e económico que presta à mãe do seu filho. A investigação indica, por exemplo, que os homens que se envolvem activamente na gravidez e no nascimento do filho reforçam a sua auto-estima, bem como a estima pelas companheiras e sentem-se mais vinculados aos seus bebés. Por sua vez, as grávidas com companheiros envolvidos sofrem menos sintomatologia depressiva na gravidez, menos complicações físicas, menor necessidade de medicação no parto e menor incidência de depressão pós-parto.

Na literatura clássica, para Freud (1905/SD), o pai surge na passagem da relação dual inicial à relação triangular. Esta fase decorre entre os três e os cinco anos, com o complexo de Édipo, no apogeu da fase fálica do desenvolvimento, sendo que o seu declínio marca a entrada no período de latência. Melanie Klein (1933/1996), defende a existência de um conflito edipiano precoce, que decorre na segunda metade do primeiro ano de vida. Assim, a importância da função paterna na vida emocional da criança é antecipada para a passagem da posição esquizo-paranóide para a posição depressiva, da qual seria facilitadora (Klein, 1928/1996).

Lacan (1958/1999; cit. por Sena, 2007), defende que a função paterna apresenta um papel importante durante o primeiro ano de vida da criança, não apenas como elemento que estabelece o corte da relação mãe-filho e impõe a lei, mas também como modelo de identificação e objecto de amor. Lacan (1958/1999; cit. por Sena, 2007) dimensiona a intervenção do pai como aquela que corrige a fantasia da criança, que vê seu pai, inicialmente, como um irmão que rivaliza com o bebé pelo desejo da mãe. Depois, o pai funciona como um superego, mostrando à criança que

ela não é extensão da figura materna, promovendo, assim, a sua separação. O pai rompe com esse encanto inicial para, finalmente, colocar-se como doador e como objecto de desejo e de identificação.

A “relação com o pai deve apresentar-se como distinta e revigorante na evolução psíquica” da criança (Matos, 2005; p. 226), de outra forma, segundo o autor, se há mãe em excesso e insuficiente representação paterna, a construção identitária sofre prejuízos, conduzindo frequentemente a psicopatologia.

Julien, P. (1997; cit. por Sena, 2007), no Ensaio sobre a Paternidade, discute que, no século XXI, o poder do pai sobre a família nuclear está cada vez mais limitado pela autoridade, enfim reconhecida, da mãe, e pela intervenção crescente da sociedade civil junto à criança, em nome de seu interesse, de seu bem e de sua felicidade. Winnicott (cit. por Sena, 2007) partilha a mesma opinião quando, ao abordar a importância do papel do pai para a criança durante os primeiros estágios do desenvolvimento, aponta para o facto de que as crianças precisam do pai justamente por causa das qualidades positivas e das coisas que o distinguem de outros homens. É justamente nessa fase que as crianças formam os seus ideais, em parte com base no que vêem, ou pensam que vêem, quando olham para o pai.

Uma investigação realizada com um grupo de jovens delinquentes verificou-se uma grande inconsistência da figura paterna e que a pouca ou nenhuma oportunidade de identificação do jovem ao pai se associava significativamente aos diferentes comportamentos delituosos (Bacon, 1963; cit. por Amaral Dias, 1984).

Estudos desenvolvidos por Greg Ducan (Kindlon, 2000) demonstram que os filhos, cujos pais estavam emocionalmente mais próximos e muito envolvidos na vida dos filhos, tinham melhores resultados educativos e tinham menos probabilidades de cometer actos criminosos, como vandalismo e venda de drogas.

Matos (1998/2005) assume que a paternidade é o continente que assegura o processo maturativo da puberdade, no sentido em que o pai surge como um “entendedor pensante” a que o adolescente pode recorrer face às transformações ao longo do desenvolvimento. O autor aponta que, na psicopatologia do adolescente, é comum observar-se que, mesmo que o pai real esteja fisicamente presente, o pai está

ausente na estrutura psíquica, como pai simbólico, enquanto guardião da proibição do incesto e da passagem ao acto agressivo. O autor chama a atenção para o facto de que, se a dimensão identificatória e simbólica da paternidade estiver ausente durante as transformações pubertárias, surge a puberdade agida, em que o agir é usado como forma de procura identitária (1998/2005). Segundo Winnicott (1999; cit. por Sena, 2007), o comportamento de modo anti-social não é, necessariamente, uma doença. Em certos casos ele é um pedido de ajuda do menor, pedindo o controlo de pessoas fortes, amáveis e confiantes. Dessa forma, a função paterna é fundamental para a constituição do sujeito, sendo a grande estimuladora na direcção de possibilidades novas e futuros investimentos realizados pelo sujeito.

O pai pode ter um papel crítico no desenvolvimento emocional dos rapazes e podem protegê-los contra problemas nas áreas que afectam desproporcionadamente os rapazes, como a delinquência (Kindlon, 2000).

A Delinquência Juvenil

A *Delinquência Juvenil*, associada a complexas consequências sociais, tem merecido aprofundados estudos e investigações que se estendem pelos diversos domínios das ciências sociais e humanas como a psicologia, a sociologia e o direito. É frequente e cada vez mais generalizado, o discurso que confirma o facto de haver um crescente número de transgressões cometidas por jovens, classificadas como delinquência juvenil e que constituem um problema social grave com tendência a aumentar drasticamente de frequência e intensidade (Benavente, 2002). Importa referir que na literatura os termos delinquência e comportamento anti-social são frequentemente utilizados como sinónimos. De facto, o termo delinquência é uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis, enquanto o termo comportamento anti-social é mais abrangente, referindo-se a actos transgressivos ou a violações de normas ou de inapropriados porque danificam outros e a sociedade (Matos, 2002; Rutter, Giller, & Hagell, 1998; Sá, 2002; Vermeiren, 2003; cit. por Lemos, 2010).

O termo delinquência, no âmbito da psicopatologia é incorrecto, é designação da criminologia, que se refere à transgressão da lei; delincente é o transgressor das normas da sociedade. Distinguem os criminologistas o transgressor episódico e o delincente habitual. Convém ainda, dentro do terreno da criminologia, separar o conceito de delincente do conceito de anti-social; o delincente transgride a lei, o anti-social rejeita a sociedade (o anti-social nem sempre é delincente, por vezes limita-se a isolar-se). Há ainda a considerar, do ponto de vista sociológico, o grau de inserção grupal do delincente – desde o delincente que transgride em todos os meios, até ao delincente que só transgride a lei geral, tendo um comportamento perfeitamente adaptado às leis do grupo em que se insere (Coimbra de Matos, 2002b).

Rutter e colaboradores (1998; cit. por Lemos, 2010) definem o conceito de comportamento anti-social como uma característica dimensional que as pessoas

podem manifestar num grau maior ou menor e que diz respeito a um vasto espectro de comportamentos que violam as normas sociais e/ou as leis.

Nesta ordem de ideias, utilizamos o termo delinquência especificamente para melhor definirmos comportamentos anti-sociais cometidos pelos indivíduos que impliquem a infracção da Lei em vigor, podendo resultar em acusação e/ou condenação pelo Sistema de Justiça.

De acordo com o princípio mais simples e mais geral da psicologia, podemos dizer que todo o acto de delinquência, do mais benigno ao mais grave, encontra a sua origem na história do indivíduo (a sua trajectória de vida) e no ambiente (a sociedade e a situação), (Born, 2005). Delinquir significa cometer delito ou falta em relação à sociedade, em desrespeito pelo que está legalmente instituído (Matos, 2005). A sociedade exige que o jovem se esforce na integração e nos compromissos sociais, mas o crescimento e a maturação egóica do adolescente ocorrem numa turbulência nem sempre correspondente com o processo de socialização.

De acordo com Capaldi e Stoolmiller (1999; cit. por Benavente, 2002), os comportamentos delinquentes atingem um pico entre os 15 e os 17 anos, havendo um posterior declínio na sua ocorrência com a entrada na idade adulta

1.1. *Perspectivas*

Inicialmente, abordarei quatro perspectivas da génese da delinquência individual (Born, 2005):

A *Perspectiva Psicossocial* defende que os actos delinquentes são actos sociais, ou seja, comportamentos que põem em ligação os seres humanos, não sendo obrigatoriamente uma relação imediata no aqui e agora. Os comportamentos sociais incluem os comportamentos neutros, os comportamentos pro-sociais, os comportamentos associais e os comportamentos anti-sociais. São os dois últimos tipos de comportamentos que são considerados como delinquentes, conforme a avaliação da responsabilidade que, em direito penal, inclui a noção de intenção culpável ou de “dolo”. Para que um determinado comportamento seja visto como um

acto delincente é necessário que a sociedade o designe como tal. É através da sociedade, das suas regras, normas e leis que o acto delincente é definido. Deste modo, o acto delincente evolui no espaço e no tempo – um acto reprovado numa sociedade não o é forçosamente noutra.

Na *Perspectiva Criminológica* os actos delincentes são vistos consoante a lei, e consequentemente, a gravidade de um acto delincente é especificada em função da pena potencial. É o contexto social e legal que define a gravidade dos actos cometidos.

A *Perspectiva Desenvolvimental* procura compreender os mecanismos de socialização-associalização – a associalização leva a processos de marginalização e de exclusão. Quando num determinado momento da vida de um indivíduo surge um acto delincente é necessário compreendê-lo na sua génese, encarando dois pontos de vista, o da macrogénese, considerando o conjunto da vida do indivíduo antes da passagem ao acto, e o da microgénese, que se debruça na sucessão das fases antes e em torno do acto delincente. Na compreensão dos actos delincentes a génese da socialização tem um lugar de destaque, pois o processo de socialização está presente ao longo de toda a vida, principalmente durante a infância e sobretudo durante a adolescência. Muitos delinquentes apresentam dificuldades em levar em consideração a presença e as necessidades dos outros nas suas acções.

A *Perspectiva Clínica* procura compreender o funcionamento interno do indivíduo. Baseia-se no estudo de casos para deles extrair hipóteses gerais. Integra os factores familiares e os factores individuais, de forma a reflectir sobre os componentes possíveis das personalidades delinquentes. Nesta perspectiva, os métodos de pesquisa centram-se no indivíduo, sendo este a unidade de registo e da análise dos dados. De forma a ter uma visão completa do indivíduo, tem em conta a história do nascimento, a história intergeracional e a história individual.

A *delinquência juvenil* tem sido considerada como um transtorno psicossocial, do desenvolvimento, que deve ser entendido pela sua complexidade, dado que a sua manifestação ocorre a partir de variáveis biológicas, comportamentais e cognitivas

do indivíduo; e contextuais, como características familiares, sociais e experiências de vida negativas (Rutter, 2000; Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002; cit. por Laranjeira, 2007). A compreensão dos conceitos de vulnerabilidade e de factores de risco é fundamental para a determinação das inúmeras variáveis presentes na etiologia deste comportamento (Mcknight & Loper, 2002; cit. por Laranjeira, 2007). Considerando a delinquência como um fenómeno multifacetado, começamos por nos questionar quais os factores que contribuem para a manifestação deste “sintoma social” e para a sua manutenção. Alguns estudos afirmam que a delinquência está relacionada com uma supervisão inadequada da parte da mãe, devido ao seu trabalho externo (Leal, 1983; cit. por Sena, 2007). Outros apontam para a falta de condições de saúde física e psíquica dos pais (Violante, 1985; cit. Sena, por 2007), desagregação familiar (Goldenberg, G.W., 1991; cit. por Sena, 2007), falta de entrada da lei paterna no lar (Meneses e Brasil, 1998; cit. por Sena, 2007), fragilidade da figura de autoridade ou substituta (Hennigen & GuarechiI, 2002; cit. por Sena, 2007) e exclusão social (Feijo & Assis, 2004; cit. por Sena, 2007).

A delinquência é considerada um fenómeno de dissociabilidade (Ainsworth, 1969; Mucchielli, 1979; cit. por Matos, 2005) no qual existe uma perturbação acentuada do vínculo precoce (Bowlby, 1958; cit. por Matos, 2005). Bowlby demonstra como um bebé humano procura, desde cedo, uma vinculação à mãe, através do sugar, agarrar, seguir, chorar e sorrir, estando os três primeiros sinais mais relacionados com a alimentação e a manutenção da proximidade física com a mãe e os dois últimos actuando como desencadeadores sociais de respostas instintivas da mãe (cit. por Matos, 2005). A vinculação desenvolve-se pela *procura de relação*, por parte da criança, e da capacidade de *resposta relacional adequada*, por parte da mãe (Matos, 2005).

De acordo com os estudos desenvolvidos por M. Klein (1927/1996, 1934/1996) a principal característica dos indivíduos que manifestam tendências criminais e anti-sociais envolve a severidade do Supereu, cruel e punitivo, fixado num estágio muito

precoce. Na fase sádica forma-se um ciclo vicioso, no qual a angústia da criança a obriga a destruir os objectos violentos, introjectados ou externos, redobrando os ataques contra eles na sua imaginação; contudo, a angústia impede a criança de destruir esses objectos, provocando um aumento dessa angústia, que a leva novamente contra esses mesmos objectos; “Este círculo vicioso constitui o mecanismo psicológico que me parece estar por trás das tendências criminosas e anti-sociais do individuo” (p.298).

Para Winnicott (1956/1995) na génese da tendência anti-social “está uma boa experiência inicial que se perdeu” (p.135), num estágio de desenvolvimento no qual a criança tem a capacidade de perceber que a causa da perda reside numa falha ambiental. Considera o acto anti-social como um pedido de ajuda, uma forma de esperança, na tentativa de poder usufruir do objecto primordial, da sua confiabilidade, da sua segurança e auto-confiança, através das quais poderia manifestar a sua destrutividade. Pela conduta delinquente, no agir, é como se a criança estivesse a forçar a sociedade a retroceder com ela à época primordial e a testemunhar as suas grandes perdas. O autor pressupõe que a conduta anti-social segue duas direcções e motivações básicas que podem não ser mutuamente exclusivas – furto e destrutividade. Na motivação para o furto considera a procura obsessiva e insaciável, compelida pela compulsão libidinal, do objecto primordial. Na destrutividade, por outro lado, há uma procura dos limites, do controlo externo e da continência dos próprios impulsos (Winnicott, 1995).

Numa linha de investigação diferente, o comportamento anti-social encontra-se ligado às dificuldades na identificação precoce ao pai. De acordo com Miller (1958; cit. por Biller, 1970), a delinquência resulta de uma super-compensação masculina, principalmente nos rapazes numa situação de ausência do pai. Quando existe uma forte identificação com a mãe, e uma falha na identificação precoce com o pai, os rapazes tendem a produzir comportamentos anti-sociais.

Coimbra de Matos (2002b), do ponto de vista da compreensão psicanalítica, compreende a delinquência em termos objectais, considera que o seu traço mais

característico é a inconstância da relação de objecto, não existindo no indivíduo delinvente um objecto interno suficientemente estável. O facto de não ter sido interiorizado um bom objecto conduz no indivíduo a um sentimento de depressão inconsciente, que é compensado por comportamentos instáveis e de fuga para a frente. Uma segunda característica é a intolerância à frustração e a incapacidade de suportar a ansiedade. Isto sucede porque o delinvente não consegue elaborar mentalmente a frustração que lhe é imposta pela realidade, consumindo a energia pulsional no agir. “A «crise da adolescência», que mais correctamente se deve descrever como período evolutivo, é a mudança de objecto de amor: o luto do objecto amoroso infantil e o encontro com o objecto libidinal da idade adulta (...)” (Coimbra de Matos, 2002b, p.75).

Em 1986, no artigo *A Delinquência – perspectiva psicodinâmica*, Coimbra de Matos distingue *delinquência neurótica* e *delinquência borderline*. De acordo com o autor, o *delinvente neurótico* apresenta um comportamento controlado e inibido, imposto por uma constante repressão do desejo pessoal, obedecendo a um Supereu rígido, severo e inibitório. Assim, na impossibilidade de se expressar livremente e vítima de repetidas frustrações, o sujeito sente-se obrigado a passagens ao acto agressivas, num envolto de uma sensação de tensão, mal-estar e irritação. O recurso ao delito acontece, assim, por saturação de uma vida controlada e inibida, com origem num meio familiar que não respeita a individualidade do sujeito. O *delinvente borderline* apresenta uma patologia de falha, de deficiência narcísica primária e um Supereu lacunar, situando-se ao nível pré-edipiano. “O *self*, clivado numa imagem grandiosa e noutra diminuta e defeituosa (em regra, recalçada), projecta-se inversamente no objecto, ele mesmo clivado em imagem denegrada e idealizada” (p.80). Da estrutura binária da personalidade resulta uma relação dual alternante, amor/ódio. É o resultado de uma história de vida precoce marcada por distorções relacionais prestadas por objectos abandonantes, frustrantes (Coimbra de Matos, 1986).

Segundo uma investigação realizada por Carvalho (2003), com jovens delinquentes institucionalizados, em Portugal, podemos verificar que a qualidade das

relações familiares destes jovens é acentuadamente negativa, sendo frequente a ausência de contacto com um dos progenitores (sobretudo o pai). Existe uma ausência de dados de caracterização da figura paterna, decorrente da sua ausência no agregado familiar e do processo educativo do jovem.

1.2. *A Família*

A *família* está no centro da problemática quando falamos em delinquência juvenil, sendo o primeiro meio de socialização, dotada de um poder estrutural e funcional que influencia as condutas juvenis (Sukhodolsky, Colub & Cromwell, 2001; Torrente & Rodriguez, 2000, cit. por Formiga, 2006).

É a família o primeiro grupo social no qual a criança recebe uma formação individual e social (Ariés, 1981; cit. por Formiga, 2006), que promove a internalização, a manutenção e a transmissão do desenvolvimento moral e valorativo, criando alicerces sob as atitudes e acções socialmente aceites na passagem à adolescência, e posteriormente à fase adulta (Formiga, 2006).

Os pais são as pessoas de referência para a criança pequena, sendo a família o primeiro lugar de socialização. Ao entrar na escola a criança aprende a conviver com os seus pares embora o adulto continue a ser uma referência central. É na adolescência que o grupo de pares se torna o lugar de socialização privilegiado – o grupo de pares é um protótipo da sociedade adulta, regido por determinadas regras, que permite ao adolescente aprender a gerir situações e relações. Ao estudarmos a trajectória de vida dos delinquentes percebemos que diversos insucessos surgiram no processo de socialização.

Os pais têm um papel determinante no desenvolvimento afectivo da criança. Pais adultos que não existem na vida afectiva das crianças, ou que só existem umas vezes, não estando presentes, ou estão presentes quando querem e não quando os filhos precisam. Pais que existindo, persistem numa relação com os filhos em que predominam padrões de distorção ou confusão, como os que deles abusam do ponto de vista emocional, físico ou sexual. Para estas crianças cresce o risco da construção

de uma ideia de si próprias e do mundo em que falha a confiança básica. Com vários níveis de dependência, ou seja, dificuldades no estabelecimento de fronteiras entre elas próprias e os outros, perdem a capacidade de atribuir um significado ao que sentem e pensam e ao que os outros sentem e pensam (Strecht, 1999).

Melanie Klein (1935/1996) teorizou que no final do primeiro ano de vida, afectos positivos e negativos dirigem-se para o mesmo objecto. Nas boas evoluções dominaria a posição depressiva e não a posição esquizo-paranóide de constantes clivagens entre lados bom e mau. É da maior importância que uma criança pequena possa crescer com referências predominantes de bons modelos. Se o contrário acontecer, haverá um risco de introjecção e identificação exclusiva ao lado negativo, com um inevitável “handicap” nas futuras relações emocionais, pois a partir daí o que é percebido na realidade exterior é internalizado de uma forma modificada e negativa de acordo com essas experiências pessoais já previamente integradas.

De acordo com Friedlander (1972; cit. por Amaral Dias, 1984), os factores determinantes da conduta anti-social encontram-se na relação da criança com os pais, que só uma boa relação com estes e, em especial com a mãe, é que pode equilibrar as deficientes condições ambientais, o que é explicável, já que somente alguns indivíduos, mesmo nas classes económicas baixas, seguem pelo caminho do crime. Embora acentue os factores de carência precoce, explica também a delinquência a partir de uma formação defeituosa do Super-Eu.

Analisando o comportamento delinvente, percebemos que, para que haja uma tendência anti-social, é preciso ter ocorrido um verdadeiro desapontamento, não uma simples carência de ordem socioeconómica, embora esta seja muito relevante. Esse desapontamento envolve a perda de algo que foi positivo na experiência da criança, nos primeiros estágios de seu desenvolvimento. Mais do que as condições socioeconómicas, a falta de interacção entre pais e filhos, a existência de parentes com problemas psicopatológicos e os problemas escolares são factores determinantes para a inserção dos jovens no mundo do crime. Winnicott (1999, cit. por Sena, 2007) afirma que a criança anti-social simplesmente olha um pouco mais longe e acaba recorrendo à sociedade, em vez de recorrer à família ou à escola, para que esta lhe

forneça a estabilidade de que necessita, a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional. Da mesma forma, para Lacan (1984/1987; cit. por Sena, 2007), a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, pois é responsável pela educação e repressão dos instintos de seus membros.

Costa (2004; cit. por Sena, 2007) afirma que na actualidade é comum constatarmos que a família “vai mal”. As explicações que sustentam essa ideia assentam na destruturação da família, em relação aos fracos laços conjugais; no enfraquecimento da autoridade do pai; na emancipação da mulher; no conservadorismo do homem; na rebeldia da adolescência; na repressão da infância; no excesso de protecção aos filhos e ausência de amor para com eles. Dessa forma, o próprio autor aponta que os indivíduos estariam desaprendendo as regras de convivência que manteriam a família coesa. Portanto, concordamos com Rosa (1999; cit. por Sena, 2007) que os actos delinquentes, praticados pelos adolescentes, são tentativas de inscrição na ordem simbólica e de participação na ordem social. Falta, a esses jovens em conflito com a lei, uma significação fálica, determinada pela função paterna. Se isso não ocorre, falha o laço social e eles esperam que a sociedade lhes produza uma marca simbólica.

A relação intensamente ambivalente de amor - ódio entre pais e filhos repassa gerações e a sua resolução é frequentemente tentada através da alteração no meio, mais do que neles próprios enquanto pessoas, ou seja, os conflitos não são vividos e resolvidos no mundo interior, mas são essencialmente expulsos para o exterior (Strecht, 1998).

A Violência

No funcionamento da actividade psíquica humana e de toda a organização social encontramos a violência. “Submetido à sexualidade, que envolve sempre uma base de violência pulsional, o sujeito é obrigado a domesticá-la” (p.32). A puberdade

pode ser traumática e violenta, como resultado das transformações corporais e do surgimento de toda uma nova dinâmica pulsional (Cardoso, 1999).

A violência tem a sua origem em processos intrapsíquicos e experiências de ameaça interna, que resultam em projecções nos objectos externos. A violência do adolescente é a expressão de uma ameaça interna, por parte dos objectos internos, e externa, proveniente dos objectos externos (Marty, 2006).

Para Lebovici (1991; cit. por Carrilho, 2000), se quisermos compreender a violência nos adolescentes e nas crianças, é preciso recuar às origens da sua vida mental e começar a falar em interacção, e nas trocas afectivas. Para o autor, independentemente dos factores biológicos e sociais, é nas interacções precoces, no plano familiar, afectivo e fantasmático que a violência se estrutura e toma consistência muito precocemente. Para o autor, as perturbações profundas do sistema familiar, nomeadamente nas dificuldades a nível da comunicação, e nas relações interpessoais perturbadas que estas famílias normalmente apresentam, levam a que as alterações de comportamento, que mais tarde se traduzem na delinquência, se construam nas interacções precoces, a que o contexto familiar, afectivo e fantasmático dão consistência. Estes adolescentes, segundo o autor, são portadores de um mandato familiar transgeracional - o segredo familiar - que não é mais do que as vivências desidealizantes transmitidas de geração em geração (cit. por Carrilho, 2000).

De acordo com Coimbra de Matos (2002a), podemos definir três tipos de violência ou agressividade: a agressividade estrutural, vista como uma agressividade natural, em princípio benigna, eminentemente normal, de efeitos construtivos e normativa; a agressividade reactiva, que surge como reacção à agressão do meio, designadamente do outro, desencadeada quer pela agressão sofrida quer pela agressão prevista ou imaginada; e a raiva narcísica, designada por uma agressividade maligna, oriunda do ódio ou hostilidade e geradora da mais temível, destruidora e verdadeira violência. Esta agressividade é uma reacção ao amor-próprio ferido, ou melhor, à ferida do amor-próprio. A primeira condição para a organização de uma regular auto-estima, de um normal narcisismo, é o facto de ser e ter sido amado.

Quando o sujeito é amado ele ama-se a si próprio, e assim ama o outro. Caso contrário, produz mal-estar no indivíduo e excesso de agressividade para os outros.

O sujeito tem de se sentir amado e ao mesmo tempo sentir que tem lugar no afecto do outro, do outro ele precisa de apreço, admiração, consideração e respeito. E assim, o valor que lhe é atribuído pelo outro e aquele que atribui a si próprio desempenham um significativo papel na sua vida de relação – é a dimensão estética da existência individual. O sujeito é um sujeito narcísico; quando frustrado nessa necessidade narcísica emerge a raiva que, conseqüentemente, desencadeia profundos sentimentos agressivos, traduzidos por inveja, desprezo e desejo de eliminação dos considerados superiores. É um sujeito humilhado, vulnerável narcisicamente, intolerante às injúrias ao amor-próprio, que facilmente despoleta comportamentos agressivos (Coimbra de Matos, 2002a).

O acumular de experiências traumáticas – privações, castigos, humilhações - produz agressividade ou propensão para o desencadeamento de condutas hostis e destruidoras. O sujeito carente, magoado e ressentido, reage facilmente por agressão às ameaças, ataques e ofensas- impostas pelo medo, furor e raiva narcísica. A frustração da expectativa de receber do outro afecto, apreço e reconhecimento, é a que mais hostilidade e revolta provoca. O homem, que conhece o outro e se conhece, necessita de amor e reflexão. Sem amor produz-se ódio. *É o destino do desamado: a violência* (Coimbra de Matos, 2002a).

Objecto e Relações de Objecto

A «paisagem» comum da psicanálise de hoje consiste num foco crescente nas interacções que as pessoas estabelecem com outras pessoas, isto é, no problema das relações de objecto. Um «problema» por não existir consenso na literatura psicanalítica actual em relação às origens, significados e principais padrões das relações de objecto (Greenberg, 2003).

O conceito de objecto não é objectivo, linear ou unitário para todos os autores, encontrando-se em vários artigos de diferentes maneiras. Associado ao conceito de objecto encontramos uma quantidade de conceitos interligados, imprescindíveis para a sua compreensão, como “pulsão”, “representação”, “traço mnésico”, “identificação”, e em outro plano, a “organização do ego”, as “instâncias e aparelho psíquico”, “afecto”, “narcisismo”, “sujeito”, “relação ego/não-ego”, e também, “percepção” e “conhecimento” (Baranger, 1980/1994).

De acordo com Laplanche & Pontalis (1990), “a noção de objecto em psicanálise é vista sob três aspectos principais: enquanto correlativo da pulsão, o objecto é aquilo em que e por que esta procura atingir o seu alvo, podendo ser uma pessoa ou um objecto parcial, um objecto real ou fantasmático; enquanto correlativo do amor (ou ódio), a relação em causa é a da pessoa total, ou da instância do ego, com um objecto visado também como totalidade; e, no sentido tradicional da filosofia e da psicologia do conhecimento, enquanto do sujeito que percebe e conhece, é aquilo que se oferece com características fixas e permanentes, reconhecíveis de direito pela universalidade dos sujeitos, independentemente dos desejos e das opiniões dos indivíduos” (p. 272).

O termo «objecto» em psicanálise tem a sua origem na teoria freudiana da pulsão. Freud, ao analisar a noção de pulsão¹, distingue o objecto do alvo: «Introduzamos dois termos: chamemos objecto sexual à pessoa que exerce a atracção

¹ Laplanche e Pontalis (1990), a pulsão é um processo dinâmico que consiste numa pressão ou força que faz tender um organismo para um alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal; o seu alvo é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objecto ou graças a ele que a pulsão pode atingir o seu alvo.

sexual e alvo sexual à acção para que a pulsão impele.». Conserva esta oposição ao longo da sua obra e reafirma-a «O objecto da pulsão é aquilo em que ou por que a pulsão pode atingir o seu alvo»; ao mesmo tempo, o objecto é definido como meio contingente da satisfação: «Ele é o elemento mais variável da pulsão, não está ligado a ela originalmente, mas não se vem ordenar a ela senão em função da sua aptidão para permitir a satisfação.» (Laplanche & Pontalis, 1990, p.272). A contingência do objecto não significa que qualquer objecto possa satisfazer a pulsão, mas que o objecto pulsional, marcado por características singulares, é determinado pela história de cada um (idem).

Em Freud, o «objecto» é portanto o objecto libidinal (na última teoria, objecto da pulsão agressiva). O objecto, para Freud, é o que constitui o alvo de uma pulsão (Greenberg, 2003).

A concepção freudiana do objecto pulsional, na obra *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), constituiu-se a partir da análise das pulsões sexuais. Nesta obra, o objecto da pulsão e o objecto de amor estão centrados na oposição fundamental que existiria entre o funcionamento da sexualidade infantil e o da sexualidade pós-pubertária. Na sexualidade infantil a pulsão define-se na criança como parcial mais em virtude do seu modo de satisfação (prazer localizado) do que em função do tipo de objecto por ela visado. Só na puberdade intervém uma «escolha de objecto¹», o que permite a vida sexual, ao mesmo tempo que se unifica se oriente definitivamente para outrem (Laplanche & Pontalis, 1990).

A relação com os objectos parciais clivados não qualifica apenas uma fase da evolução psicosexual (posição esquizo-paranóide). Nos trabalhos desenvolvidos por Melanie Klein, a noção de objecto parcial está no centro da reconstrução do universo fantasmático da criança (Laplanche & Pontalis, 1990).

Os estudos desenvolvidos por Melanie Klein, em 1932, contêm extensões da teoria freudiana. As mais notórias são a abordagem que faz à fantasia inconsciente e o desenvolvimento do conceito de objectos internos. Klein defende que se estabelece uma série complexa de relações do objecto interiorizadas e que as fantasias

¹ Freud utiliza a expressão escolha de objecto para a relação da pessoa com os seus objectos de amor, que são essencialmente pessoas totais (Laplanche & Pontalis, 1990).

inconscientes e as ansiedades do sujeito relativas ao próprio estado do seu mundo de objecto interno constituem a base subjacente ao comportamento do sujeito, ao seu humor e sentido de Eu (Greenberg, 2003)

Segundo Klein, quando o bebé nasce já possui um ego, embora primitivo e arcaico «*existe ego suficiente para experimentar ansiedade, usar mecanismos de defesa e formar relações de objecto primitivas na fantasia e na realidade* (Klein, 1952). Este ego primitivo é exposto a ansiedades e conflitos precoces, resultantes da polaridade dos instintos, da dualidade entre pulsão de morte, que conduz ao medo de aniquilação, e pulsão de vida, que protege. O desenvolvimento e organização do ego decorrem da vivência de duas posições postuladas por Klein (1934/1976), a *posição esquizo-paranóide* e a *posição depressiva*, ambas correspondentes ao estágio oral da teoria freudiana, consideradas como determinantes para a estrutura do indivíduo.

A *posição esquizo-paranóide* é a mais primitiva e arcaica do desenvolvimento, caracterizada por sentimentos de ansiedade persecutória e medo de aniquilação do Ego e do objecto. A característica chave da posição esquizo-paranóide, a *clivagem*, remete para uma cisão dos objectos, dos afectos, do mundo interno e da realidade que o bebé percebe, isto é, a separação de bons objectos e de bons sentimentos dos maus objectos e maus sentimentos (Greenberg, 2003).

Na *posição depressiva* a criança reconhece os objectos na sua totalidade. Como resultado da integração do ego, entende o objecto no seu todo, com componentes boas e más. Este reconhecimento, através de sucessivos processos integrativos (do Eu e do objecto), permite a ambivalência face ao objecto, no entanto, esta ambivalência implica a perda da imagem do objecto idealizado (Amaral Dias, 1984). A criança é agora capaz de integrar as percepções clivadas da mãe, há apenas uma mãe com boas e más características (Greenberg, 2003). Deste modo, predominam os sentimentos ambivalentes face ao mesmo objecto, que conduzem à culpa e ao desespero depressivo (Amaral Dias, 1984). O resultado normal da posição depressiva é a posição central no desenvolvimento da criança, da qual dependem a saúde mental e a capacidade de amar, é a internalização do objecto bom. Caso contrário, constitui-se num cenário psíquico para a doença depressiva (Klein, 1935/1996).

As primeiras relações de objecto da criança são relações com imagens de partes do corpo que, segundo Klein, operam como «mecanismos universais», sem que a criança tenha necessariamente experienciado na realidade os órgãos reais. Apenas mais tarde, as imagens de objecto da criança assumem aspectos dos objectos reais do mundo exterior que representam (Greenberg, 2003).

De acordo com Laplanche & Pontalis (1990), os termos «bom objecto» e «mau objecto» foram introduzidos por Melanie Klein para designar os primeiros objectos pulsionais, parciais ou totais, tal como aparecem na vida fantasmática da criança. As qualidades de «bom» e «mau» são-lhes atribuídas não apenas em função do seu carácter gratificante ou frustrante, mas sobretudo da projecção neles das pulsões libidinais ou destruidoras do individuo. Segundo M. Klein, o objecto parcial (o seio, o pénis) é clivado num «bom» e num «mau» objecto, e esta clivagem constitui o primeiro modo de defesa contra a angústia. O objecto total será igualmente clivado.

O conceito *identificação projectiva* foi desenvolvido para descrever extensões da clivagem na qual partes do Ego são separadas do resto do Eu e são projectadas para dentro de objectos (Greenberg, 2003)

De acordo com Laplanche & Pontalis (1990), a relação de objecto, ou relação objectal, “designa o modo de relação do individuo com o seu mundo, relação que é o resultado complexa e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasmática dos objectos e de certos tipos privilegiados de defesa (p. 380). A relação deve ser entendida como uma inter-relação, isto é, não é apenas na forma como o sujeito constitui os seus objectos, mas também na forma como estes modelam a sua actividade. De acordo com a concepção de Melanie Klein, os objectados – projectados, introjectados – exercem literalmente uma acção (persecutória, tranquilizadora, etc.) sobre o sujeito (Laplanche & Pontalis, 1990).

A relação de objecto (inicialmente objecto parcial) começa logo após o nascimento - como o provam as observações e experiências da relação recém-nascido/mãe-seio. Neste sistema relacional vão incidir, desde início, as acções e

comportamentos da mãe e as suas atitudes conscientes e inconscientes que os informam e lhe dão o colorido de fundo – forma e fundo da acção e reacção da mãe vão influenciar e determinar o sentir e reacção da criança (Coimbra de Matos, 2002a).

A relação de objecto não faz parte do aparelho conceptual de Freud. De acordo com Spitz, à excepção das relações mútuas entre mãe e filho na obra *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud trata do objecto libidinal exclusivamente do ponto de vista do indivíduo (Laplanche & Pontalis, 1990).

O conceito de relações de objecto teve origem como parte inerente na teoria da pulsão de Freud. É em 1915, em " *As Pulsões e as suas Vicissitudes*", que Freud (1915/SD) expõe sistematicamente sua primeira teoria das pulsões. Situa a pulsão na «fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos» (p. 210). Para caracterizar o conceito freudiano de pulsão é essencial referir quatro conceitos fundamentais: a fonte, local de origem das pulsões; a pressão, força ou medida de exigência de trabalho que a pulsão representa; o alvo, é a satisfação da pulsão; e o objecto, local para onde será direccionada a energia, tanto para um objecto interno quanto externo. O objecto será determinado pela "sua aptidão", real ou fantasiosa, a tornar possível a satisfação.

Para Freud não existe a pulsão, mas sim pulsões, as pulsões do ego (pulsões de autoconservação) e as pulsões sexuais. Freud não trata com profundidade as pulsões de autoconservação, no entanto, nunca deixou de considerá-las. As pulsões sexuais aparecem pela primeira vez ligadas às pulsões de autoconservação, de que só gradualmente se vão separando; também na sua escolha de objecto seguem as vias que lhes são indicadas pelas pulsões do ego (Freud, 1915/SD).

Na sua obra " *Além do Principio do Prazer*" (Freud, 1920/SD) surge uma nova teoria das pulsões e um novo conceito de pulsão. As pulsões (pulsão de vida e pulsão de morte) passam a ser princípios gerais que regem o funcionamento, não só da vida psíquica, mas de toda a vida orgânica, presente nos animais, nas plantas e nos organismos unicelulares. Entre as pulsões de vida estão a fome, a sede e o sexo. Essas pulsões estão relacionadas com a autopreservação e a sobrevivência das

espécies, são forças criativas sustentadoras da vida. A forma de energia por meio da qual se manifestam as pulsões de vida chama-se libido (energia psíquica que direcciona o indivíduo na busca de pensamentos e comportamentos prazerosos). A pulsão de morte consiste na força destrutiva que se direcciona para o interior, na forma de masoquismo ou suicídio, ou para o exterior, por meio de agressão ou ódio; embora possa resultar numa pulsão que nos induz a voltar a um estado de calma, princípio de nirvana ou não-existência. Ao longo dos seus estudos, Freud convencia-se que a agressão era um motivador tão forte quanto o sexo para o comportamento humano (Freud, 1920/SD).

Melanie Klein retém do modelo da estrutura /pulsão a premissa de que os constituintes mais importantes da vida mental têm origem no organismo individual e se manifestam numa sequência maturacional, sendo em cada momento modificadas e transformadas pelas interações entre o indivíduo e o mundo dos outros. A libido e a agressividade, tanto para Klein como para Freud, são energias motivacionais dentro do indivíduo, e determinadas *à priori*: é entendido que o homem é guiado por essas forças, propulsionado por pressões internas. (Greenberg, 2003, pp.180-181). Situa as relações de objecto no centro das suas formulações teóricas e clínicas. A organização e o conteúdo das relações de objecto, em especial das relações com o mundo fluido e complexo dos objectos internos, são determinantes centrais da experiência e do comportamento (idem).

Klein estabelece uma concepção do mundo objectal interno, organizado em torno das relações dos objectos internos, consistindo num aspecto inconsciente separado do ego. A autora refere que ao nascimento a criança predispõe de um Ego capaz de se relacionar com os objectos parciais (seio) e com os objectos totais (mãe), podendo estes serem bons ou maus.

Fairbairn opôs-se à concepção de Freud, e desenvolveu o seu pensamento com base no pressuposto de que a libido não é essencialmente procura de prazer, mas procura de objecto. Rejeitou inteiramente o biologismo de Freud e defendeu que as pessoas não procuram satisfação pulsional tanto como procuram relacionamentos.

Por outras palavras, “um bebé não está assim tão focalizado na obtenção do leite da mãe como o está na experiência de ser cuidado e na sensação de calor e vinculação que faz parte de tal experiência (p. 53)” (1954; cit. por McWilliams, 2005). É com base neste pressuposto que a teoria de Fairbairn acerca do desenvolvimento da personalidade e conseqüentemente acerca da estruturação psíquica se desenvolve.

Fairbairn, tal como M. Klein, considerou que o indivíduo nasce para procurar o objecto, possuindo, desde o nascimento, um ego intacto (integrado e diferenciado) e uma busca de relações objectais quando ainda não existe nenhuma diferenciação entre o *self* e o objecto (Kernberg, 1989). Defende a existência de um Ego unitário, integral, com energia própria, à procura de relações com objectos reais, externos. Nas relações satisfatórias o Ego permanece integral e intacto; as relações não satisfatórias com objectos externos exigem que o Ego estabeleça objectos internos compensatórios. Modificando o conceito de Freud sobre o Ego, atribui ao Ego energia própria. O “Ego” de Fairbairn é o Eu psíquico primário, na sua totalidade original, um todo que se diferencia em padrões estruturais organizados sob o impacto da experiência das relações de objecto após o nascimento (Greenberg, 2003).

De acordo com a sua perspectiva, a relação com a mãe tem duas características fundamentais: a componente de gratificação e a componente de não gratificação. A probabilidade de a mãe estar sempre disponível física e emocionalmente é praticamente ilusória e por isso as relações de componente não gratificante são as mais frequentes, assentes na incapacidade materna em satisfazer totalmente as necessidades da criança. Da relação insatisfatória com a mãe externa, real, resultam três relações internas, e à medida que as características da mãe são interiorizadas e estabelecidas como objectos internos, uma parte do Ego integral é clivado da sua unidade original e liga-se ao Ego numa relação de objecto interna (Greenberg, 2003). Resulta na clivagem do Ego, inicialmente unitário, em diferentes partes que se vão ligar a esses objectos internos, ou seja, o Ego central é clivado nos chamados Egos subsidiários: o «Ego libidinal» e o «Ego antiblidinal». O «Ego central» liga-se e identifica-se com o «objecto ideal», resultante de situações gratificantes da relação com a mãe, sendo a única parte do Ego disponível para relações com outros reais no mundo externo; os «Egos subsidiários» não estão disponíveis para relações de

objecto reais e permanecem ligados aos objectos internos compensatórios (Greenberg, 2003).

Os estudos desenvolvidos por D. Winnicott, sobre o *self*, na “teoria das múltiplas organizações do self”, contribuíram para a teoria da relação dos objectos internos. O autor defende que “os processos que conduzem ao desenvolvimento ou à inibição do Eu apenas são descritos e compreendidos no contexto de interacção entre a criança e o que o meio lhe proporciona através dos outros significativos” (p.230). Quase todos os seus contributos se centram em torno do que descreve como uma luta contínua e arriscada do Eu por uma existência individuada que permita ao mesmo tempo contacto íntimo com os outros, «para Winnicott quer a ausência de contacto com os outros quer a total acessibilidade a outros comportam perigos para a sobrevivência do Eu» (Greenberg, 2003, p. 229).

Os seus estudos centram-se na relação precoce, na díade mãe-bebé; a mãe que presta os cuidados maternos adequados e disponibiliza um ambiente suficientemente bom proporciona o desenvolvimento emocional do bebé e da criança (Winnicott, 1963/1995). A mãe proporciona ao bebé experiências que permitem que o Eu incipiente do bebé emergja – um Eu «não integrado», com partes e experiências dispersas e difusas. A criança precisa da mãe como fonte organizadora e simbólica, que forneça um *meio seguro* de suporte à sua existência, assente numa *preocupação materna primária*, que envolve uma dedicação absoluta da mãe nas fantasias, nos desejos, nas necessidades e experiências do seu bebé (Winnicott, 1945/1995). “Para além do *holding*¹ a mãe «traz o mundo até ao bebé» e, segundo Winnicott, esta função desempenha um papel complexo e crucial no desenvolvimento” (Greenberg, 2003; p.231). A mãe dedicada que satisfaz as necessidades do bebé presenteia-o com o objecto adequado. É este o *momento da ilusão*, no qual o bebé acredita que criou o objecto, experienciando-se a si mesmo como onipotente, que possibilita uma sensação de contacto e de poder sobre a realidade externa “Winnicott sugere que esta onipotência se transforma na base do desenvolvimento saudável e da solidez do

¹ Conceito fundamental da teoria de Winnicott que se refere ao acto de sustentar, conter, apoiar e prover às necessidades da criança do ponto de vista físico e psicológico (Greenberg, 2003).

Eu” (p.232). Esta mãe suficientemente boa possibilita a mudança afectiva da dependência infantil para a independência (Greenberg, 2003). Este “corte” na relação de dependência, é necessária para que a criança conheça os seus limites, possibilitando a criação e a experimentação.

O *objecto transicional*, criado por Winnicott, ajuda o bebé “na mudança gradual da experiência de si mesmo como centro de um mundo totalmente subjectivo para o sentido de si mesmo como uma pessoa entre outras pessoas” (p.235). A criança usa o objecto transaccional para a satisfação das suas necessidades, satisfeitas anteriormente pela mãe; revela o processo simbólico que a criança faz para lidar com as suas angústias e desejos.

A noção de relação de objecto acentua a vida relacional do sujeito, o que leva alguns autores a considerarem principalmente determinantes as relações reais com o meio. No entanto, para um psicanalista a relação de objecto deve ser estruturada essencialmente ao nível fantasmático, embora as fantasias possam modificar a apreensão do real e as acções que se lhe referem (Laplanche & Pontalis, 1990).

De acordo com Coimbra de Matos (2002a), o estudo da relação de objecto na evolução e na regressão vem trazer o necessário relevo à consideração do objecto, das suas qualidades intrínsecas e dos seus modos explícitos de agir, como agente da maior importância na maturação pulsional e na estruturação do Eu. É todo o problema das introjecções e identificações que, se dependem, por um lado, da constituição e desenvolvimento autónomos do sujeito, dependem de igual forma daquilo que o objecto é e fornece (é toda a dialéctica entre o indivíduo e o meio); o próprio diálogo sujeito-objecto que se estabelece, o sistema de comunicações, distorções e deformações produzidas pelo próprio sistema, são de importância fundamental. O objecto tem uma influência segura na organização da realidade interior ou psíquica, na construção, pois, do fantasma: a fantasia da resposta do objecto, que completa o conceito um pouco mais estático de objecto interno e de imago (Coimbra de Matos, 2002a). P137

A construção do bom objecto interno total é uma importante fase da evolução psicológica. Com este «bom objecto interno total», queremos significar o objecto total pós-ambivalente, o objecto predominantemente bom (também conhecido por objecto com continuidade afectiva; isto é, que, apesar de algumas características más ou negativas, mantém uma continuidade tèmpero-espacial dos aspectos bons, o que lhe permite permanecer estável e privilegiado, significativo, contínuo, como objecto do afecto do sujeito); é o objecto de amor – que só se consolida verdadeiramente com a ultrapassagem do conflito edipiano e o estabelecimento de uma razoável identificação homossexual (Coimbra de Matos, 2002a).

II. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO E METODOLOGIA

De acordo com a revisão da literatura, pertinente para a nossa investigação, podemos afirmar que a adolescência é uma fase de transição, limitada (sem limites definidos) pela infância e pela idade adulta. Esta transição, é marcada por múltiplas transformações, perante si próprio e perante os outros.

A família é o primeiro meio de socialização, formadora das primeiras relações de objecto, internas e externas. A família como espaço de conforto do bebé, e agora do adolescente, e no futuro do adulto. E é nessa mesma família que o adolescente pede ao pai coerência, limites e orientação. Afinal, sem interditos não há limites nem organização da ambivalência.

No seguimento das conceptualizações teóricas, anteriormente expostas, o presente estudo foi desenvolvido em volta do seguinte problema de investigação: que objectos e que relações com objectos estão presentes no mundo interior do adolescente delinvente? Neste âmbito, o objectivo principal da nossa investigação é perceber a dinâmica interna desses objectos que despoletam no individuo adolescente comportamentos delinquentes.

Metodologia

A presente investigação é uma abordagem qualitativa, através do estudo de caso de um sujeito. Este tipo de estudo, ao contrário dos estudos quantitativos, preocupa-se com o processo, desde a entrevista à análise dos dados obtidos de cada indivíduo, o que permite compreender melhor o comportamento e as experiências de vida. Procura descrever o processo através do qual se constroem os significados e analisar o sentido desses significados (Bogdan e Biklen, 1992; cit. por Nascimento, 2009) e o modo como cada sujeito os vive. Yin (1989; cit. por Nascimento, 2009) afirma que um estudo de caso é um *inquérito empírico*, que procura investigar um fenómeno contemporâneo na vida real. Este tipo de estudo permite, de um modo

favorável, observar fenómenos contemporâneos nos quais os comportamentos relevantes não podem ser manipulados.

O *estudo de caso* permite recolher e reunir o maior número de informações individuais, relevantes para a investigação de um determinado fenómeno, tentando obter um todo da situação, recorrendo a técnicas de recolha de informação como as entrevistas (Nascimento, 2009).

É um processo específico para o desenvolvimento de uma investigação qualitativa. Assume-se como uma investigação particularista, que procura descobrir o que há de mais essencial e característico na situação em estudo. Tem um forte cunho descritivo que conduz a um profundo alcance analítico. Não testa hipóteses, procura identificar padrões; e conseqüentemente, gera novas hipóteses, novas teorias e novas questões para futura investigação. O investigador é o principal instrumento de recolha de dados. Pode seguir uma de duas perspectivas essenciais: interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes; ou, pragmática, cuja intenção fundamental é proporcionar uma perspectiva global, completa e coerente, do objecto de estudo do ponto de vista do investigador. Como diz Erikson (1986; cit. por Gonçalves, 2004/2005), procura-se encontrar algo de universal no particular. Na vertente psicológica, o individuo é visto como um todo, onde são estudados determinados aspectos do seu comportamento. Como vantagens, o estudo de caso permite um relato com muito pormenor, do individuo/situação em estudo, o que proporciona uma maior compreensão da realidade; o conhecimento que origina pode ser aplicado em outros casos similares, podendo servir de suporte à interpretação dos mesmos; foca pontos únicos que se perderiam num estudo quantitativo.

Método

Entrevista

Realização de uma Entrevista e aplicação do T.A.T. (Thematic Apperception Test). A Entrevista baseia-se na recolha de dados do sujeito através de uma conversa, encaminhada por *perguntas-guia*, permitindo conhecer o sujeito, as suas vivências e o contexto no qual ocorreu o crime.

A principal fonte de informação para a recolha de dados foi o dossier tutelar individual, para onde conflui toda a documentação oficial relativa ao presente caso: relatório social, avaliação psicológica, informações judiciais, ocorrências por factos ilícitos e outros.

Instrumento – T.A.T.

O T.A.T. (Teste de Apercepção Temática) construído por Henry Murray em 1935, cujo material – isto é, as diversas imagens apresentadas ao sujeito – é, simultaneamente, figurativo e ambíguo. H. Murray (Shentoub, 1999) procurou, na escolha das imagens, que estas representassem “as situações humanas clássicas”, situações que, como explica Shentoub, se relacionam com os conflitos universais.

É na sua obra *Explorations in personality* (1938; cit. por Shentoub, 1999) que Murray expõe o seu sistema teórico, centrado na dualidade de necessidades-pressões (*needs-pressure*), que colocava como hipótese fundamental a identificação do narrador à personagem central, através da qual ele exprimia as suas próprias necessidades, representando as outras personagens o meio de vida no qual o sujeito sentia a pressão.

Em França, foram desenvolvidos estudos sobre as técnicas temáticas – T.A.T. e C.A.T. – que aprofundaram os seus referenciais psicanalíticos. Os estudos desenvolvidos por Shentoub (1969; cit. por Montagna, 1989) em relação ao T.A.T.

aplicado a crianças, propõe uma análise dos protocolos centrada nas possibilidades do ego na resolução dos conflitos, considerando relevantes os seguintes aspectos: características manifestas da produção; factores de rigidez; factores da labilidade; factores de progressão da narrativa; factores que paralisam a narrativa. Nesta perspectiva, a ênfase da interpretação é colocada na forma como o sujeito se confronta com a situação T.A.T., situação geradora de conflito pelas particularidades que envolve: o material, que evoca situações conflituais e geradoras de angústia; a instrução, que convida a imaginar, ao mesmo tempo que mantém uma relação com o estímulo apresentado; por fim, a presença do psicólogo que suscita movimentos transferenciais. Desta forma, os protocolos do T.A.T. dão conta do compromisso realizado pelo sujeito nestas situações de conflito, «é uma situação de conflito entre as estruturas conscientes/pré-conscientes e as estruturas inconscientes e os respectivos modos de funcionamento» (Shentoub, 1983), revelando o sujeito como pessoa singular e individual.

De acordo com os trabalhos desenvolvidos por Shentoub e os seus colaboradores, por *processo* T.A.T. entendemos o conjunto dos mecanismos mentais comprometidos nessa situação singular em que é pedido ao sujeito para *imaginar uma história a partir do cartão* – para forjar uma fantasia a partir de uma certa realidade. A análise destes processos mentais envolve uma análise aprofundada da situação, que compreende o *material*, a *instrução* e a *presença do clínico*.

O material é composto por uma série de imagens com representações de situações que reportam a *conflitos universais* – referências permanentes ao que especifica a condição humana, que é o manejo da libido e da agressividade, quer no registo da problemática edipiana, que compromete a diferença de sexos e a diferença de gerações, quer no registo de uma problemática mais arcaica. No decorrer da prova, o sujeito é “convidado” a entrar nos seus sucessivos «moldes», a modular as suas representações, os seus afectos, mesmo as suas defesas, e a elaborar o relato em ressonância com o nível da problemática sugerida (Shentoub, 1999).

Face ao material, de acordo com Shentoub (1999), para cada uma das imagens existe um *conteúdo manifesto*, figurado pelos elementos que compõem as imagens e

que fixam os limites da fantasia, e um *conteúdo latente*, susceptível de reactivar as problemáticas e os traços mnésicos individuais.

Cartão 1

Material manifesto: este cartão representa um rapaz, com a cabeça entre as mãos, olhando para um violino colocado diante dele.

Solicitações latentes: o cartão remete, preferencialmente, para a identificação com um individuo jovem numa situação de imaturidade funcional, que se encontra confrontado com um objecto que pode ser considerado como um objecto de adulto, cujas significações simbólicas são diferentes.

Cartão 2

Material manifesto: representa uma «cena campestre» com três personagens. No primeiro plano, uma rapariga que segura livros, no segundo plano, um homem com um cavalo e uma mulher encostada a uma árvore, que pode ser percebida como estando grávida. Ao nível do conteúdo manifesto não existe diferença de gerações evidente entre as três personagens e a diferença de sexos é claramente representada.

Solicitações latentes: a relação triangular figurada é susceptível de reactivar o conflito edipiano.

Cartão 3 BM

Material manifesto: um individuo cujo sexo e idade são indeterminados, está caído junto de uma banqueta. No canto esquerdo, encontra-se um pequeno objecto, por vezes difícil de identificar, mas é frequentemente visto como um revólver. Caso não o seja, não constitui uma escotomia de objecto, se a problemática à qual remete o cartão é bem percebida.

Solicitações latentes: o cartão reenvia a uma problemática de perda de objecto e põe a questão da elaboração da posição depressiva (a postura da personagem representada é considerada como traduzindo essencialmente a depressão). A personagem não apresenta idade e identidade sexual diferenciada.

Cartão 4

Material manifesto: um casal, uma mulher junto de um homem que se afasta. A diferença de sexos é claramente representadas, mas não há diferença de gerações.

Solicitações latentes: remetem para o conflito pulsional no seio de uma relação heterossexual, na medida em que cada um dos protagonistas pode ser portador de movimentos pulsionais diferentes, agressividade e/ou libido. Se o dualismo pulsional está presente em todos os cartões, neste cartão é fortemente representado.

Cartão 5

Material manifesto: uma mulher de meia-idade, com a mão na maçaneta de uma porta, olha para o interior de uma sala. Esta mulher é representada entre o dentro e o fora. A sala comporta uma mesa, um ramo de flores, um candeeiro sobre uma mesa e ao fundo uma espécie de aparador sobre o qual está colocada uma pequena estante com livros.

Solicitações latentes: reenviam para uma imagem materna que penetra e olha para o interior da sala, formulação importante, na medida em que ela não pré-julga sobre o registo conflitual no qual o sujeito se vai situar, pois as modalidades de relação à imagem materna são elas mesmo múltiplas.

Cartão 6 BM

Material manifesto: um casal, um homem visto de frente, com um ar preocupado, e uma mulher idosa que olha para algures. Este cartão está fortemente estruturado pela diferença de sexos e gerações.

Solicitações latentes: proximidade mãe-filho num contexto de mal-estar. A diferença de gerações ao nível do conteúdo manifesto reenvia para o interdito da aproximação edipiana, acentuado ainda pelo facto de que as duas personagens não estão frente a frente.

Cartão 7 BM

Material manifesto: duas cabeças de homens, lado a lado. Um «velho» está virado para o «jovem», que está amuado. A diferença de gerações é marcada, mas não há neste cartão noção de imaturidade funcional de um dos parceiros.

Solicitações latentes: reenviam á proximidade pai-filho num contexto de reticência do filho. O conflito deverá desenvolver-se em torno de uma proximidade entre estas duas personagens, em termos de ternura e oposição (ambivalência dos sentimentos na relação com o pai).

Cartão 8 BM

Material manifesto: em primeiro plano, um rapaz adolescente, sozinho, com uma espingarda ao lado, de costas voltadas para a cena do segundo plano. Esta representa um homem estendido e dois outros inclinados para ele, em que um deles segura na mão um objecto cortante.

Solicitações latentes: a imagem reactiva representações susceptíveis de serem relacionadas com a angústia de castração e/ou agressividade para com a imagem paterna.

Cartão 10

Material manifesto: a proximidade num casal, no qual só são representados os rostos. Não há diferenças de gerações mas a imagem é pouco clara para que possa haver diferentes interpretações quanto à idade e sexo das duas personagens. Por outro lado, o carácter vago e sóbrio do material e os contrastes negro/branco devem ser tidos em consideração.

Solicitações latentes: reenviam à expressão libidal num casal.

Cartão 11

Material manifesto: trata-se de uma paisagem caótica, com vivos contrastes de sombra e de claridade na vertical. Alguns elementos mais estruturados, ponte,

estrada, pormenor à esquerda (dragão ou serpente), permitem uma reorganização do material.

Solicitações latentes: o cartão é angustiante, a angústia deve ser sentida como tal, e o seu não reconhecimento constitui um índice patológico em todos os casos.

Cartão 12 BG

Material manifesto: uma paisagem com árvores na margem de um riacho, com uma árvore e uma barça em primeiro plano; a vegetação e o plano de fundo são imprecisos; o grafismo é leve e claro.

Solicitações latentes: o cartão remete para um momento de apaziguamento, em relação ao cartão precedente, convidando o sujeito a diversificar o leque das suas reacções sensoriais e afectivas. O aspecto figurativo e familiar do material actualiza as capacidades elementares de diferenciar o mundo interno do mundo externo e remete para uma actividade perceptiva conhecida, em referência com as «boas» experiências pré-genitais.

Cartão 13B

Material manifesto: um rapazinho sentado na ombreira de uma porta, na soleira de uma cabana de tábuas separadas, figurando num vivo contraste de luz no exterior e de sombra no interior.

Solicitações latentes: reenvia à solidão num contexto de precariedade do simbolismo materno. Os elementos fundamentais deste cartão são a solidão, na medida em que se trata de uma personagem só, e a precariedade do simbolismo materno figurada pela casa feita de tábuas desunidas.

Cartão 19

Material manifesto: representa uma paisagem com uma casa sob a neve, ou uma cena marítima com um barco na tempestade, rodeados de formas espectrais e de vagas. Os contrastes muito acentuados entre o negro e o branco constituem um outro elemento do material manifesto, na medida em que os contornos do cartão permitem uma delimitação psíquica entre dentro e fora.

Solicitações latentes: o mar, tal como a neve, são referências à natureza que remetem implícita e simbolicamente para a imago materna.

Cartão 16

Material manifesto: é um cartão branco, com um carácter insólito que determina a sua apresentação sob uma nova instrução: «até ao momento mostrei-lhe imagens que representavam personagens ou paisagens, agora proponho-lhe este cartão que é o último. Pode contar-me a história que quiser».

Solicitações latentes: reenvia à forma como o sujeito estrutura os seus objectivos privilegiados e às relações que com eles estabelece. Por outro lado, a dimensão transferencial da situação é intensificada, dado que o material não é figurativo e se trata do último cartão a apresentar.

Os cartões apresentados anteriormente são propostos aos jovens do sexo masculino. A ordem de aplicação dos cartões deve ser respeitada, sendo o cartão 16 sempre o último a ser aplicado, e aplicação é feita numa única sessão.

A aplicação do T.A.T. implica que seja estabelecida uma relação entre o sujeito, o teste e o investigador. Os dados recolhidos deverão ter em conta a especificidade de cada um dos intervenientes e a sua interacção. Concluída a aplicação do conjunto dos cartões, o material recolhido vai ser objecto de análise. O método de análise de um protocolo de T.A.T. assenta, essencialmente, no estudo dos procedimentos do discurso do sujeito na composição das narrativas e da sua articulação com as problemáticas que o sujeito se esforça para abordar. O método de análise comporta dois tempos, a análise de cada cartão e a síntese das informações obtidas (Shentoub, 1999).

Procedimento

Os dados relativos ao jovem M foram recolhidos do dossier tutelar individual do jovem e ao longo de seis sessões individuais com o mesmo, durante o estágio académico. Na última sessão, com o consentimento informado (anexo I) do sujeito e

respectivo responsável legal (mãe) do menor (anexo I), realizámos uma sessão individual com o menor com o objectivo de aplicar a prova projectiva T.A.T. Posteriormente, procedemos à análise das narrativas e codificação dos procedimentos de elaboração do discurso (anexo II), folha de decomposição

III. ESTUDO DE CASO

Caso M

Introdução do Caso

O jovem M, é do sexo masculino, de nacionalidade guineense e tem actualmente 15 anos de idade. A nossa intervenção com o jovem surge no âmbito da aplicação da segunda medida Tutelar Educativa de Acompanhamento Educativo (artº 16, nº1 da LTE), esta com a duração de 12 meses, por roubo, estando o jovem a cumprir uma mesma medida tutelar com a duração de dois anos, por posse de arma branca e agressão física.

Anteriormente, o jovem M cumpriu também medida tutelar educativa de Tarefas a Favor da Comunidade. Cumpriu a medida na totalidade na Associação ACAS, com duração de 30h, onde ajudava a arrumar as instalações e ajudava na monotorização das actividades dos miúdos mais novos.

Toda a informação foi recolhida através da leitura das peças processuais e consulta do dossier tutelar do jovem; entrevistas com o jovem, nos serviços da Direcção Geral de Reinserção Social, LTE 2, entrevista à mãe do jovem na residência dos mesmos, articulação de informação com a equipa da Associação Luso-caboverdiana de Sintra (ACAS), contacto com o coordenador pedagógico do jovem no Curso de Informática.

História de Vida

Oriundo da Guiné-Bissau, viveu com a mãe, com o pai e com os três irmãos germanos até aos 5 anos de idade, altura em que a mãe emigrou para Portugal com um dos filhos por motivos de saúde do mesmo.

O jovem viveu com o pai na Guiné e com os dois irmãos até aos 12 anos de idade, altura em que os jovem M e os irmãos emigraram para Portugal para virem viver com a mãe. Do tempo que passou com o pai na Guiné, afastado da mãe, o jovem não faz qualquer referência à mesma. Afirma que tinha uma boa relação com o pai e que este era uma figura presente em termos educativos e afectivos, “o meu pai preocupava-se comigo, sabia que eu gostava de futebol” (sic). Contudo, não conta qualquer episódio ou situação marcante desse período.

. Desde que veio para Portugal, são referidos contactos telefónicos esporádicos com o pai “falamos com o meu pai ao telefone, uma vez por semana” (sic). O jovem mostra tristeza pelo afastamento do pai, referindo ter saudades e sentir muito a falta dele, “o meu pai vem para Portugal, mas ele está doente, tem problemas no fígado” (sic). Em Portugal o jovem afirma que foi uma adaptação difícil, não sabia falar português e não conhecia ninguém, “eu não queria vir..., quando eu poder quero voltar para o meu país” (sic).

Reprovou um ano na escola, em Portugal (6º ano de escolaridade – 13 anos de idade), e o seu percurso é marcado por uma suspensão, sendo posteriormente transferido de escola e foi algumas vezes expulso das salas de aula por indisciplina.

O jovem começou a ter problemas com a justiça com 13 anos, por posse de arma branca no interior da escola e alegadas agressões físicas a colegas mais novos, tendo agora 15 anos de idade.

O jovem não faz referência a situações familiares marcantes, apenas vai ao domingo à igreja muçulmana com a mãe. Embora resida com os irmãos, todos eles maiores de idade, não menciona momentos passados com estes, apenas afirma que se relaciona bem com eles.

Situação Actual

O jovem “M” reside com a mãe, de 55 anos, que se encontra de baixa médica por motivos de saúde física e mental, e com os três irmãos germanos, todos maiores de idade e integrados ao nível formativo e laboral, embora a situação económica seja

deficitária, havendo dinheiro para as necessidades básicas (renda, alimentação, água, luz e gás).

O pai do jovem faleceu em Fevereiro do corrente ano, com problemas de saúde. A sua morte foi vivenciada de forma traumática, até por ter sido referido que o pai estava a estabilizar do ponto de vista da saúde, e por os filhos e a mulher não terem possibilidade de acompanhar as cerimónias fúnebres. O jovem não demonstrou qualquer emoção quando, durante a sessão individual, referiu a morte do pai. Disse apenas que estava triste, e desviou o olhar para o chão.

O jovem mantém com os irmãos uma relação de aparente convivência e respeito, todos eles funcionais e autónomos, existindo uma coesão familiar. Contudo, ao nível comunicacional e afectivo, talvez por motivos culturais, de adaptação/emigração, da doença da mãe ou pela da morte do pai, existe no ambiente familiar uma certa tensão, um sentimento de tristeza e de desapontamento. Não referem actividades realizadas em conjunto ou encontros de família.

O meio envolvente apresenta problemas de pobreza, marginalidade e desemprego, mas o agregado do jovem revela bons níveis de adaptação ao nível social.

O jovem frequenta o Curso de Informática, instalação e reparação de computadores, com equivalência ao 9º ano de escolaridade, estando o seu percurso a ser regular e proveitoso. Afirma ter um bom relacionamento com os professores e com os colegas, no corrente ano é delegado de turma, “dou-me bem com os meus colegas, eu respeito-os e eles respeitam-me “ (sic). O jovem tem como projecto a conclusão do curso e prossecução da sua formação, a par de eventual exercício profissional na área da informática. Embora ele afirme que está a correr bem, o coordenador pedagógico enviou um e-mail aos serviços a informar que o jovem esteve envolvido em alguns problemas na escola.

Ao nível da interacção social, o jovem afastou-se de alguns pares conotados como ilícitos, “eu gosto de andar sozinho” (sic), adoptou uma vivência da religião muçulmana mais responsável, deixando os consumos pontuais de álcool e disciplinando-se nas situações de confronto, mantendo ainda alguma impulsividade e

falta de empatia, que tem vindo a controlar em meio escolar. Continua a praticar futsal no ACAS, “eu gosto de jogar futebol, mas às vezes não vou porque os treinos são à mesma hora das aulas” (sic), onde é considerado de forma positiva pela equipa técnica. Neste momento tem namorada, “ela é bem bonita, gosto de estar com ela, sinto-me bem” (sic) – a namorada é mais velha que o jovem e reside com a avó. Afirma que tem muitos amigos, mas que pode contar essencialmente com os melhores amigos e com a namorada.

O jovem embora compreenda de forma factual o impacto dos seus actos ilícitos, na situação em apreço, manifesta uma postura de negação, sentindo-se prejudicado pela justiça e pelas autoridades. Afirma que mudou, que está mais responsável, determinando normativamente as suas acções.

Contudo, o jovem é suspeito de um crime contra a propriedade no dia 29/09/2010; de acordo com os autos, o tribunal solicita a elaboração de um relatório social com avaliação psicológica, perspectivando a aplicação de uma medida tutelar educativa de internamento em regime aberto ou semi-aberto.

Interpretação do Protocolo T.A.T

A análise do protocolo T.A.T. comporta o estudo dos procedimentos do discurso do sujeito na elaboração das narrativas e a articulação com as problemáticas. A partir da análise de cada cartão, codificámos os procedimentos de elaboração do discurso do sujeito (anexo II), com a ajuda da folha de decomposição. Posteriormente, referenciamos as problemáticas abordadas pelo sujeito face aos cartões. Estas duas análises – análise dos procedimentos e problemáticas – estão estreitamente ligadas, embora as separemos para clarificar o trabalho de análise.

Tabela 1 – Codificações agrupadas por Procedimentos

Cartões	Série A (Controlo)	Série B (Labilidade)	Série C (Evitamento do Conflito)	Série E (Emergência em processo primário)
1	X	X	X	
2		X	XXX	X
3 BM	X	X	XX	X
4	XX		X	
5	X	X	XX	
6 BM		XX	X	
7 BM	XX	X	XX	
8 BM		X	XXXX	X
10	XX	X	X	
11	XXX		X	X
12 BG			X	X
13 B			XX	
19			X	
16			XXX	

Análise Cartão a Cartão e Problemáticas

Cartão 1: o sujeito não tem capacidade de se situar inteiro face a um objecto adulto, que lhe evoca uma incapacidade – problemática da castração. Afectos depressivos, o jovem não age no presente (discurso vago).

Cartão 2: foge ao tema banal; escotomiza duas personagens (emergência do processo primário) para não fazer a triangulação – conflito edipiano – assim, não há relações nem os afectos;

Cartão 3BM: o afecto depressivo é reconhecido, mas o conflito é banalizado e acaba num pedido de apoio, associado a uma representação de perda de objecto, não

conseguindo elaborar uma possível solução; escotomiza o objecto – o jovem não menciona o objecto, este evocaria a morte;

Cartão 4: elabora uma relação, mas recusa o conflito, e evoca uma relação libidinal que não está presente – não existe ambivalência na relação. Não evoca a conflitualidade da problemática edipiana latente no cartão;

Cartão 5: não evoca nenhum dos temas banais; identificação com uma imagem materna; evidencia sentimentos; evoca o objecto e projecta-se nele, o objecto tem as mesmas necessidades do sujeito – não diferencia sujeito-objecto;

Cartão 6BM: foca o medo da perda de objecto – representação de perda de objecto inscreve-se na proximidade mãe-filho; evoca a relação com uma figura materna num contexto relacional, pode remeter ao tema do parricídio – o sujeito percebe a tristeza da figura materna. A problemática edipiana não é suficientemente estruturante, o sujeito não evoca a morte;

Cartão 7BM: identifica as personagens, põe pai e filho ao mesmo nível – objecto complementar do *self*; não elabora a ambivalência, o confronto conflitual é evitado pelo recurso a uma relação especular.

Cartão 8BM: o jovem identifica-se com a personagem principal; surge a agressividade mas não malévola em relação ao pai, projecta a agressividade nas duas personagens que escotomiza. Não aparece a ambivalência, a agressividade é projectada

Cartão 10: não diferencia o sexo nem as gerações; domina a problemática narcísica – não diferencia sexos dando lugar a relações especulares, na procura de uma imagem de si ideal; não evoca a expressão libidinal; o conflito edipiano não é estruturante – não reconhece ligação sexual entre as duas personagens, e evoca uma aproximação mãe-filha; existe uma identificação com a miúda; evita as questões edipianas e as erotizações do casal; presença de uma figuração interna e de um objecto total, que torna possível a reconstrução a partir de um estímulo parcial;

Cartão 11: apego aos pormenores, para evitar a angústia perante a mãe arcaica. Agarra-se ao conteúdo manifesto e não regride.

Cartão 12BG: projecta os conteúdos internos em ambientes saudáveis – presença de objectos parciais persecutórios; culpabilidade inerente à destruição do ambiente. Recusa-se a regredir;

Cartão 13B: A problemática é a da solidão, mas além disso, o sujeito revela incapacidade de lhe dar um desfecho positivo (não é capaz de substituir a ausência do objecto) e manifesta uma necessidade de apoio. Logo, trata-se de uma necessidade anaclítica dos amigos.

Cartão 19: recusa o cartão onde deve distinguir o interior do exterior, não introjecta o bom e não expulsa o mau (fundamentos originários do pensamento); o sujeito confunde-se facilmente com os objectos – estes são inexistentes ou abandonantes.

Cartão 16: expressão de afectos depressivos e incapacidade de estar só, pela falta de um objecto interno, procura apoio - sobre-investimento da anáclise; Impossibilidade de resolução. Não elabora relações nem objectos;

IV. Discussão do Caso M

A partir dos dados recolhidos, da história de vida do jovem e da análise do protocolo do T.A.T., procederemos ao estudo do Caso M, articulando os dados obtidos com os fundamentos teóricos, para respondermos ao objectivo principal da presente investigação.

O jovem “M” compareceu às entrevistas sempre sozinho, demonstrando autonomia. Embora tenha apenas 15 anos de idade, o jovem aparenta ter mais idade, com aproximadamente 1,80 m de altura. O jovem faltou várias vezes às entrevistas, quando confrontado inventava sempre uma justificação, “adormeci, o meu despertador não tocou” (sic), “eu tive que estudar, tinha um teste à tarde” (sic).

No contexto de entrevista demonstrou ser um jovem perspicaz, com capacidade de compreensão e de raciocínio, adoptando uma postura de envolvimento na realização das provas/tarefas propostas, mas denotando fraca tolerância à frustração, desistindo facilmente face à antecipação de insucesso - auto conceito frágil.

O jovem tem dificuldades em falar de si, em se conectar emocionalmente, havendo um evitamento de situações mais tensas e exigentes ao nível emocional, por não conseguir gerar um reportório mais diversificado de sentimentos, sendo a sua expressão emocional muito reduzida. As suas respostas são curtas, e muitas vezes “encolhe os ombros” como resposta.

O jovem “M” revela sinais de estar deprimido, sentindo tristeza, culpa e remorsos, face a eventuais prejuízos que tenha infligido à figura materna que é interiorizada como simultaneamente forte (veio para Portugal sozinha com os filhos) e frágil (está doente e combalida). A mãe do jovem não fala português e não entende muito também a língua, e não sabe ler, não se apercebe da situação real na qual o filho se encontra. O jovem, com apenas 15 anos, não tem suporte nem apoio familiar. De acordo com Matos (2005), a vivência depressiva é, a maior parte das vezes, a face escondida do comportamento delinvente ou da delinquência propriamente dita. Toda a criança, para um desenvolvimento afectivo normal, precisa de amor,

consideração e apreço. Qualquer carência ao nível destas necessidades afectivas básicas conduz a um sentimento depressivo de falta. A dor da privação ou da perda deixa como cicatriz a deficiência. A falta de amor, por indiferença ou rejeição da parte do objecto, conduz, preferencialmente, ao bloqueio afectivo e à atitude agressiva (Coimbra de Matos, 2002).

Da história de vida do jovem M podemos salientar as duas situações de separação com as figuras parentais. Quando o jovem tinha apenas cinco anos de idade, a mãe veio para Portugal com um dos irmãos, deixando o jovem com o pai e com dois irmãos – primeira separação real. Depois de sete anos a viver com o pai, o jovem, com doze anos de idade na altura, é forçado a vir Portugal, para viver com a mãe e os irmãos, ficando o pai na Guiné-Bissau – segunda separação real. Desde essa altura que o jovem M não vê o pai, apenas mantinha contacto telefónico com ele. O jovem sempre teve esperança que o pai viesse para Portugal, contudo, no corrente ano, o pai faleceu. Pela ausência do pai, verifica-se uma aproximação da mãe. De acordo com Matos (2005), o excesso de identidade feminina e a diminuição da identidade masculina é um dos maiores problemas na clínica dos jovens, ao nível das organizações patológicas da adolescência.

Na essência destas vivências, permanece a angústia de separação e de abandono, predomina o funcionamento mental centrado sobre a identificação projectiva, com descontinuidade entre o agir e o pensar, sem estabilidade emocional nem constância afectiva. Este funcionamento mental resulta da falta de aquisição *da constância objectal interna* (Matos, 2005). Hipoteticamente, o afastamento do pai, com quem tinha uma ligação privilegiada e a falta de afecto da mãe, levaram o jovem a adoptar comportamentos agressivos. Na génese da delinquência, o que acaba por ser decisivo são as perdas afectivas ou abandono real, a falta de modelos de identificação capazes e a organização lacunar do Supereu, encaminhando os jovens para uma «autonomia precoce» que disfarça a rejeição precoce (Matos, 2005).

São evidentes as falhas com as figuras paternas, principalmente com a figura paterna, observadas na tendência do jovem para a diferenciação. Alterações familiares, como situações extremas de stress, podem conduzir a alterações nos padrões de interacção e na segurança da vinculação (Vaughn et al., 1979; cit. por

Thompson, 2000). De acordo com alguns autores, os vínculos constituídos entre pais e filhos exercem um papel essencial na saúde mental e/ou no desenvolvimento de psicopatologias no decorrer da infância e da adolescência. Relações saudáveis do ponto de vista emocional funcionam como factores de protecção. A qualidade das relações interpessoais e suas representações afectivas desempenham, portanto, um papel essencial na determinação de vulnerabilidades a psicopatologias e na promoção de resiliência e ajustamento psicossocial (Atienza & Rodríguez, 2004; Brown & Wright, 2001; Harvey & Byrd, 2000; cit. Jordão & Ramires, 2010). Em contrapartida, vínculos inseguros, desorganizados e indiscriminados mostram-se relacionados ao sofrimento psíquico dos adolescentes, expondo-os a situações de vulnerabilidade emocional e afectiva. Entre essas situações, situa-se o adolescente *borderline*, com fragilidades significativas nas representações de si (identidade) e dos outros. Trata-se de funcionamentos psicodinâmicos onde predominam angústias primitivas e desestruturantes, intolerância à ansiedade e às frustrações, temor de perda do objecto (angústia depressiva) e intensos sentimentos de raiva. A dimensão narcísica encontra-se debilitada nessa organização de personalidade, o que se associa com a precariedade emocional do ambiente em que se deu o desenvolvimento (Baird, Veague & Rabbitt, 2005; Bradley & Westen, 2005; Cardoso, 2005; Graña, 2007; Levy, 2005; Maranga, 2002; cit. por Jordão & Ramires, 2010).

De acordo com Matos (2005) “entre um passado sempre problemático, em maior ou menor grau, e um futuro sempre incerto, a gravidade das manifestações de natureza delinvente depende da patologia das relações objectais da primeira infância” (p.62).

Quando o jovem veio para Portugal, não sabia a língua portuguesa, actualmente ainda fala num dialecto do país de origem com a mãe e com os irmãos. Teve problemas na adaptação ao novo país, reprovando no 6º ano de escolaridade – primeiro ano na escola em Portugal. Hipoteticamente, os problemas de socialização e de adaptação a um novo país, tendo em conta a sua infância, desencadearam comportamentos delinquentes.

Afectivamente, a família é fonte de suporte/apoio, mas na fase de desenvolvimento em que se encontra procura identificação junto dos pares. A adaptação a uma nova realidade, a um novo país, provocou um esforço de pertença entre pares, que levou a uma certa socialização específica de jovens com códigos sociais particulares (divergentes dos familiares). Procura aceitação /aprovação por parte do grupo de pares, mas existe também uma tendência para o isolamento.

Embora no contexto familiar o jovem tenha sempre adoptado uma postura formal e ajustada, respeitando as figuras de autoridade – a mãe -, no contexto social/escolar isto não ocorreu, denotando alguma reactividade à imposição de regras e obrigações, não atribuindo legitimidade a docentes e auxiliares de educação como autoridade em relação a si. Quando o individuo não encontra em si os limites, que são impostos pela presença do outro, ele transgride, visando à satisfação de demandas internas. Na ausência destes limites é que o sujeito perde a consciência de realidade, não enxerga o outro e o mal que lhe pode causar (Steffen, 2009; cit. por Luzes, 2010).

Com apenas treze anos de idade o jovem dá os primeiros passos no caminho da delinquência. Primeiro, com comportamentos desadequados na escola, depois por posse de arma branca, seguindo-se os roubos e comportamentos agressivos. De acordo com Cusson (1998; cit. por Born, 2005), o roubo pode ser visto como um desejo de posse e os comportamentos agressivos como agressões utilitárias, que têm como finalidade obter os objectos cobiçados. Para o autor, os delitos, os roubos ou as agressões, são cometidos para obter uma supremacia. Mas o sentido do acto vai mais além, Lacan (1948; cit. por Born, 2005) afirma que a conduta criminosa é alguém que destrói valores comuns, uma agressão aos valores à qual é necessário encontrar o sentido e a função; “a passagem ao acto é uma realização concreta da acção que exprime um conflito e que permite combater a depressão.” (p.243). Muitos autores mencionam que o comportamento delinvente é uma defesa antidepressiva, “a agitação psicomotora e o *acting* são frequentemente formas de negar a depressão, de esconder a ansiedade e daí resultam muitas vezes comportamentos de risco.” (Matos, 1991/2005). O agir acontece numa atitude projectiva, de esvaziamento. Projectando,

o jovem alivia a ansiedade e a dor depressiva. Descola o conflito interno para o exterior e do objecto primário para o secundário e para a sociedade. Ele age como modo defensivo de consciencialização do ambiente familiar abandonante, negligente e retaliador (Matos 2005).

A depressão nas personalidades do agir, violentas, designadas de «estados-limite» é a depressão anaclítica, “marcada pela angústia de abandono, pelo medo de separação e pela dependência manifesta ou estrategicamente camuflada desde a infância” (p.39). Do ponto de vista intrapsíquico, estes indivíduos não têm os elementos que permitem pensar: “a representação mental do objecto e de si próprio é fraca, inconsistente e instável; os investimentos libidinais foram pobres e continuam a sê-lo; a simbolização é escassa ou inexistente, não permitindo a ligação e o distanciamento entre a ideia e a coisa em si mesma; falta a fantasia, a capacidade de brincar, o humor, o imaginário, a vida onírica, com todo o potencial evolutivo; a conflitualidade é constante, mas está mais marcada pelo amar e odiar alternadamente que pela ambivalência que exige compromisso e comedimento, próprio de quem às vezes sofre porque desgosta de quem gosta.” (p.39). Na depressão anaclítica a criança reage à perda afectiva porque tem, intrapsiquicamente, uma representação do objecto investido (Matos, 2005).

Hipoteticamente, o jovem apresenta traços de personalidade *borderline*, demonstrando instabilidade afectiva, impulsividade, labilidade dos estados do EU e perturbação da identidade. E, de acordo com Coimbra de Matos (2002), um factor causal preponderante da personalidade limítrofe é a existência de um pai distante, abandonante, negligente e rejeitante, tal como as famílias desunidas. Uma personalidade *borderline* caracteriza-se por uma relação de objecto clivada; e as defesas que o individuo utiliza para aceitar e aproximar-se do objecto são do tipo primitivo e desrealizante: *denegação* – a denegação da realidade maléfica, com idealização objectal, que permite ao individuo evitar a dor e a tristeza correspondente ao reconhecimento do desamor e/ou abandono do objecto; *clivagem* do objecto- a parte maligna do objecto é separada; e a *deslocação*- ou translocação, dos maus atributos do objecto, atribuindo-os a si ou aos outros (Coimbra de Matos, 2002). De

acordo com o autor (1986; cit. Matos, 2005), no delinquente *borderline* o comportamento delinquente corresponde a uma deficiência narcísica primária, na linha daquilo que Balint (1977) designou de «falha básica». Resulta daqui uma deficiente e específica organização do Supereu e gera-se um Supereu lacunar como reflexo do *self* ora grandioso ora diminuído (de facto, sempre diminuído), uma estrutura de personalidade binária que oscila alternadamente entre impulso/contra-impulso, amor/ódio, resultante da «ausência da constância do amor do objecto» quanto à génese, e da ausência de amor pelo objecto na relação que vêm a estabelecer em seguida. Na história de vida do delinquente *borderline* encontramos distorções relacionais precoces prestadas por objectos abandonantes, que resultam da “insuficiência ou má qualidade dos cuidados maternos, de relações extremamente frustrantes com os pais, separações precoces e prolongadas, marcada distorção das relações pais-criança, negligência e indiferença parental, (...) instabilidade familiar e falta de apoio do meio envolvente” (Coimbra de Matos, 1986; p.80).

A patologia *borderline* traduz-se” no desinvestimento precoce após uma ligação curta e de má qualidade, da descontinuidade, à beira da ruptura da continuidade psíquica, que evoca a depressão anaclítica.” (Matos, 2005;p.108). E, de acordo com Coimbra de Matos (2002), a passagem ao acto é, na personalidade *borderline*, uma forma de preencher o vazio da perda e ausência de objecto (o objecto perdido não foi substituído). Uma defesa do sujeito contra a depressão, uma depressão não vivida no plano da interioridade (pela não constância do objecto interno) – defesa antidepressiva que impede a formação da própria depressão. Da mesma forma, Maranga (2002;cit. Jordão & Ramires, 2010) refere que o *borderline* está sempre em busca de "novos investimentos numa procura constante do que nunca teve e se recusa a aceitar que nunca terá, ou seja, um amor incondicional por parte dos objectos primordiais". Trata-se, portanto, de uma depressão de abandono, pelo temor da perda, da solidão, da falta e do desamparo.

A prova projectiva T.A.T. solicita diversos registos de representações de relações num contexto de investimento objectal e/ou narcísico. Segundo os cartões e a organização psíquica do sujeito, são solicitadas diferentes modalidades de relação

às imagens parentais. Na procura de atingirmos o objectivo da nossa investigação, interpretámos as narrativas elaboradas pelo jovem M na perspectiva da representação de relações. Na análise das narrativas são evidentes os afectos depressivos e a procura de suporte/apoio no outro. As histórias são construídas a partir do sentimento de tristeza e na procura de felicidade, contudo, os problemas suscitados nunca têm solução – pela falta de mecanismos para a solução.

Os procedimentos mais representados são do registo (C), que trata dos mecanismos de evitamento do conflito. Um certo número de procedimentos C/Fo são utilizados de maneira repetitiva, onde domina o evitamento e a fuga. Na construção das histórias é evidente o evitamento das relações, evitando o conflito. Apenas representa uma relação real no cartão 6BM, numa dinâmica própria com uma figura superegóica (a avó).

O conflito edipiano não é estruturante, no cartão 2 foge ao tema banal e escotomiza duas personagens para não elaborar a triangulação; no cartão 10 o jovem evoca uma aproximação entre mãe e filha, evitando reconhecer uma ligação sexual entre as personagens.

Os procedimentos do tipo (C/M), observados nos cartões 5, 6BM, 10, 13B e 16, remetem para a luta antidepressiva, num apelo ao outro. Deste modo, os objectos são anaclíticos/narcísicos. Nas narrativas representa os objectos como suporte à depressão, e projecta a depressão nos mesmos.

Nos cartões 4 e 7BM verifica-se uma fusão com o objecto, não existe dissociação. Procura um objecto externo, com a função anaclítica, e este constitui-se como o suporte que ele necessita. Não existe um objecto interno suficientemente bom (incapacidade de estar só – cartões 5, 13B e 16), os objectos internos aparecem iguais a ele. Não representa objectos concretos e quando representa são objectos vagos. Não existe diferenciação sujeito-objecto (por exemplo, cartão 5).

No cartão 12BG evita a regressão e representa objectos parciais persecutórios. Estes objectos são característicos da posição esquizo-paranoide, de acordo com a teoria kleiniana. A impossibilidade de elaborar a posição depressiva articula-se com a procura de uma relação de suporte. Na falta de introjecção do objecto interno

ausente, o jovem M tem necessidade do objecto real externo para colmatar o vazio interno.

Não se verifica constância do objecto interno, o jovem não representa o bom e o mau num único objecto, não alcança a ambivalência e elabora relações especulares. Nos cartões 4, 7 e 8BM seria esperado um duplo movimento pulsional, ambivalência na relação, e o jovem não conseguiu elaborar.

No cartão 16, o cartão branco, de carácter vago sem elementos figurativos, que intensifica a situação transferencial, o sujeito elaborou uma narrativa “colada” à sua história de vida: faz um pedido de ajuda na procura do outro como apoio – relação anaclítica. Contudo, o sujeito não elabora relações nem objectos.

V. Conclusão

O presente trabalho teve como objectivo principal o estudo do funcionamento mental adjacente à delinquência juvenil com base nas relações de objecto. A teoria das relações de objecto é uma teoria das relações inconscientes do objecto interno, numa dinâmica de interacção com a experiência interpessoal do individuo.

As imagens internas constituem um resíduo, dentro da mente, dos relacionamentos com pessoas significativas na vida do individuo. De alguma forma, as trocas cruciais com outros deixam as suas marcas; são «interiorizadas» e, deste modo, vêm a modelar posteriores atitudes, reacções, percepções, etc. (Greenberg, 2003).

É sobretudo a partir da obra de Klein que o mundo interno é visto como um espaço psíquico povoado de objectos, derivados de diferentes identificações do sujeito, e por isso mesmo com qualidades. Poder-se-ia dizer que esse espaço é habitado por «pessoas» (ou partes delas) internalizadas, que por sua vez têm também o seu espaço psíquico, e por partes do próprio *self* do sujeito clivadas, rejeitadas ou amadas, num jogo dinâmico de inter-relações e de identificações projectivas em que passado, presente e futuro coexistem (Cabral, 1992).

Da aplicação e posterior análise da prova projectiva T.A.T. podemos afirmar que as relações de objecto são fundamentalmente anaclíticas, na procura do outro, como suporte, que preencha o seu vazio.

Não existe um objecto interno suficientemente bom, os objectos internos aparecem iguais ao sujeito. A construção do bom objecto interno total é uma importante fase da evolução psicológica. Com este «bom objecto interno total», queremos significar o objecto total pós-ambivalente, o objecto predominantemente (Coimbra de Matos, 2002a).

O jovem M não reconhece o objecto como um todo, com componentes boas e más, o que não permite a ambivalência face ao objecto. Deste modo, não se verifica a elaboração da posição depressiva, posição central no desenvolvimento da criança, da qual dependem a saúde mental e a capacidade de amar – internalização do objecto bom (Klein, 1935/1996)

O número reduzido de sessões com o individuo, e o contexto no qual se desenvolveram, não nos permitiu recolher informações e aspectos da vida do sujeito que poderiam ser relevantes para a nossa investigação. De acordo com Matos (2005), a interpretação obriga-nos a ter presente uma tripla realidade psíquica: a que se vive na transferência (na análise), o contexto relacional do sujeito na sua vida actual e o contexto histórico pessoal em que o sujeito se desenvolveu desde a infância e o seu estilo relacional dominante.

De acordo com a nossa investigação, o apoio terapêutico seria essencial para o jovem M. Coimbra de Matos (1986), afirma que os delinquentes *borderline* “são mais doentes de carência que de conflito. E como tal precisam de ser tratados.” (p.82). A delinquência juvenil, que tanto preocupa os sociólogos e os políticos dos nossos dias, não é apenas um epifenómeno das condições mesológicas, mas também a saída – mais ou menos frequente- para a difícil ultrapassagem, sem acidentes, da etapa maturativa da adolescência. E os sintomas e sinais, transitórios ou persistentes, de perturbação psíquica no jovem carecem, mais vezes do que se julga, de estudo psicopatológico e de acompanhamento terapêutico (Coimbra de Matos, 2002b).

A história do desenvolvimento da relação humana é da maior importância para compreender as dificuldades da adolescência (Coimbra de Matos, 2002b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral Dias, C. & Nunes Vicente, T. (1984). *A depressão no adolescente*. Porto: Edições Afrontamento.

Baranger, W. e Colaboradores (1994). *Contribuições ao conceito de objecto em psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 20, 637-645.

Biller, H. B. (1970). Father absence and the personality development of the male child. *Developmental Psychology*, 2(2), 181-201.

Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Cabral, F. (1992). O estatuto de ciência e os fundamentos epistemológicos em psicanálise. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 11, 79-88.

Cardoso, M. (1999). Violência e alteridade: o mal-estar na adolescência. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, IV, 1, 27-36.

Carrilho, L. (2000). Influências familiares no desenvolvimento de trajectórias desviantes em adolescentes institucionalizados. Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação, Universidade do Porto

Carvalho, M. (2003). *Entre as malhas do desvio*. Oeiras: Celta Editora.

- Coimbra de Matos (1986). A delinquência- perspectiva psicodinâmica. *Alter/Ego*, 2, 75-83.
- Coimbra de Matos, A. (2002a). *O Desespero: Aquém da depressão*. Lisboa: Climepsi Editores
- Coimbra de Matos, A. (2002b). *Adolescência: o triunfo do pensamento e a descoberta do amor*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Dias Cordeiro, J. C. (1979). *Adolescente e a família*. Lisboa: Moraes Editores.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fonseca, P. & Taborda, J. (2007). Paternidade: Passado, Presente e Futuro. *Revista de Psicologia: Atlaspsico*, 5, 14-23.
- Formiga, N. (2006). Em defesa do compromisso convencional com os pares sócio-normativos e sua influência na conduta anti-social e delitiva em Jovens. Recuperado em 2009, Dezembro 26, de <www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0282.pdf>.
- Freud, S. (1905/SD). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud. *Textos essenciais da psicanálise* (vol.II). Mem-Martins: Publicações Europa- América.
- Freud, S. (1915/SD). Pulsões e suas vicissitudes. In: S. Freud. *Textos essenciais da psicanálise* (vol.I). Mem-Martins: Publicações Europa- América.

- Freud, S. (1920/SD). Além do princípio do prazer. In: S. Freud. *Textos essenciais da psicanálise (vol.I)*. Mem-Martins: Publicações Europa- América.
- Freud, A. (1958). Adolescence. *Psychoanalytic Study of Child*, 13, 255-279.
- Freud, S. (1972). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (2003). *Relações de objecto na teoria psicanalítica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Gonçalves, E., Sá, L. & Caldeira, M. (2004/2005). Estudo de caso. Recuperado em 2011, Setembro 16, de: http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/gon%C3%87alves_-_estudo_de_caso_-_slides.pdf
- Jordão, A. & Ramires, V. (2010). Vínculos afectivos de adolescentes borderline e seus pais. *Teoria e Pesquisa*, 26 (1):89-98.
- Kernberg, O. (1989). *O mundo interior e a realidade exterior*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kindlon, D. & Thompson, M. (2000). *Criando Caim*. Proteger a vida emocional dos rapazes. Porto: Ambar.
- Klein, M. (1934). *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1976.
- Klein, M. (1952). Notes on some schizoid mechanisms. *Developments in psychoanalyses*. London: Hogarth Press, 292-305.

- Klein, M. (1996). *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.B. (1990). *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Editorial Presença.
- Laranjeira, A. (2007). Análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, 12, 221-227.
- Leal, I. (2005). *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Lemos, I. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, XXVIII, 1, 17-132.
- Luzes, C. (2010). Um olhar sobre a psicologia. Acedido em 28 de Março de 2010, em: www.psicologia.com.pt
- Marcelli, D. & Braconnier, A. (2004). *Adolescência e Psicopatologia*. Lisboa: Climepsi.
- Marty, F. (2006). Adolescência, violência e sociedade. *Ágora*, IX, 1, 119-131.
- Matos, M. (2005). *Adolescência, representação e psicanálise*. Lisboa: Climepsi.
- McWilliams, N. (2005). *Diagnóstico psicanalítico*. Lisboa: Climepsi.
- Montagna, M. (1989). *Análise e interpretação do C.A.T. (Teste de apercepção temática infantil)*. São Paulo: E.P.U.

- Nascimento, A. (2009). A formação profissional nas prisões. Estudo de caso: o curso de jardinagem EFA B3. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Sena, I., Machado, T. e Coelho, M. (2007). A delinquência juvenil e suas relações com a função paterna. Recuperado em 2009, Dezembro 28 , de <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/48/42>
- Shentoub, V. (1983). Teste de Apercepção Temática: teoria e método. *Análise Psicológica*, 4 (1), 23-30.
- Shentoub, V. & Colaboradores (1999). *Manual de utilização do TAT*. Lisboa: Climepsi.
- Silva, E., Silva, D. & André, S. (2005). A pequena sereia: arquétipo da adolescência. *Revista Millenium*, 31, 93-99.
- Strecht, P. (1998). *Crescer Vazio*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (1999). *Preciso de ti: perturbações psicossociais em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Thompson, R. (2000). The legacy of early attachment. *Child Development*, **71**, 1,145-152.
- Winnicott, D. (1995). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.